



Assembleia Municipal de Vila Real
Data: 11.06.2024
N.º 58 Proc.º n.º
Resp. of. n.º

Assunto

CERTIDÃO

----- DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- CERTIFICO, que da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 17/06/2024 aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

-----ASSUNTO: - Relatório de Gestão e Contas Consolidado do Exercício de 2023 do Grupo do Município -----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

“No cumprimento da alínea j) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, venho submeter à Câmara Municipal os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2023 para que este órgão os aprove ao abrigo da alínea i) do nº 1 do art.º 33º desta Lei, constituídos por:

- Relatório de Gestão;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais;
- Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental;
- Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza;
- Balanço Consolidado;
- Demonstração de Resultados Consolidada;
- Demonstração das Alterações no Património Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado;
- Reconciliação para o Balanço de Abertura de Acordo com o SNC-AP;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras;
- Outros Documentos.



Mais propõe que a Câmara Municipal submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 76º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com a alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013".-----

-----**DELIBERAÇÃO: 1. Aprovar o Relatório de Gestão e Contas Consolidado do Grupo do Município de Vila Real referente ao exercício de 2023.**-----


Os Vereadores do PSD votaram contra e apresentaram a seguinte declaração de voto:

2. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Relatório de Gestão e Contas Consolidado do Grupo do Município Vila Real referente ao exercício de 2023, nos termos do artigo 76º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com a alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 18 de junho de 2024.-----

O DIRETOR,


(Dr. Eduardo Luís Varela Rodrigues)

20
23

RELATÓRIO DE

**GESTÃO E
CONTAS
CONSOLIDADO**



GRUPO MUNICÍPIO DE VILA REAL

ÍNDICE

1 ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	5
2 RECURSOS HUMANOS	8
2.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES DO GRUPO MUNICÍPIO.....	8
2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO GRUPO MUNICÍPIO.....	8
3 EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	12
4 ANÁLISE AO BALANÇO	14
5 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	16
6 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	18
7 STOCK DA DÍVIDA TOTAL	20
MAPA DOS EMPRÉSTIMOS	21
MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	23
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	24
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA ...	25
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	26
BALANÇO CONSOLIDADO	27
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADA	28
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	29
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	30
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	31
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	55
PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	57
ENCERRAMENTO DO RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO - 2023	58

No cumprimento da alínea j) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, venho submeter à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2023, constituídos por:

- Relatório Consolidado de Gestão;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais;
- Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental;
- Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza;
- Balanço Consolidado;
- Demonstração de Resultados por Natureza Consolidados;
- Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido;
- Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- Outros Documentos.

para que nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da referida Lei possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 76º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 6/2020 de 10 de abril, na sua redação atual, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013.

Vila Real, 11 de junho de 2024

1 ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2014, da Lei 73/2013 de 3 de setembro, que aprovou o novo regime financeiro das autarquias locais, as entidades incluídas no perímetro de consolidação, deixaram de ser apenas as empresas do setor empresarial local detidas a 100% (conforme estipulado na anterior Lei das Finanças Locais – Lei 2/2007, de 15 de janeiro), passando a ser as entidades controladas pelo Município. Nos termos da Lei 73/2013 é entendido como condição de controlo de entidades não empresariais, reunirem uma das seguintes condições: a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão. Com esta mudança, a Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia (adiante designada por Régia Douro Park), passou a partir de 2014 a ser incluída no perímetro da consolidação, pois apesar do seu Fundo Social não ser detido na totalidade pelo Município de Vila Real (detém 97,06%), a autarquia possui a sua maioria e tem a faculdade de designar e destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão.

Em 2020 houve uma alteração nas entidades incluídas no perímetro de consolidação, visto que, em 22-10-2019, a Câmara

Municipal e em 30-10-2019 a Assembleia Municipal, deliberaram internalizar nos serviços municipais as seguintes atividades, até então desenvolvidas pela EMARVR: Abastecimento de Água em Alta, Recolha de Águas Residuais e Resíduos Sólidos Urbanos. Esta internalização verificou-se no âmbito do processo de constituição da AdIN – Águas do Interior – Norte, EIM, S.A. e que se traduziu na fusão, por incorporação da EMARVR na AdIN realizada em 2 de abril de 2020, ditando o fim da atividade desta empresa municipal.

Com a fusão destas duas entidades a participação do Município de Vila Real na AdIN, passou para 52,6%, sendo esta a participação a 31 de dezembro de 2020. Nos termos do relatório de Análise Fiscal, que serviu de base ao processo de constituição desta empresa, foi aprovada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em 16 e 27 de dezembro de 2021 respetivamente, a fixação da participação do Município de Vila Real nos 47,75%, sendo esta a participação desde 31 de dezembro de 2021. Assim, existindo um controlo conjunto desta entidade, deverá ser aplicada a NCP 24 - Acordos conjuntos, aplicando-se o método da equivalência patrimonial (MEP), quer nas contas individuais, quer nas contas consolidadas.



VILA REAL SOCIAL, E.M., S.A.

Empresa Municipal, constituída a 28 de outubro de 2003, a Vila Real Social tem por objeto a promoção de habitação social, a gestão social, patrimonial e financeira, do parque habitacional (596 habitações em regime de renda social) e de outros equipamentos. Com as alterações aos estatutos aprovadas em sessão de Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2008, a

empresa deixou de ter responsabilidades: na gestão do Aeródromo Municipal e nos serviços de transportes coletivos urbanos. A Assembleia Municipal aprovou a adaptação dos estatutos à Lei 50/2013 na sua sessão de 28 de fevereiro de 2013. Nos termos da deliberação de Câmara Municipal, de 24 de fevereiro de 2014, foi efetuado o aditamento obrigatório "E.M., S.A." à sua denominação.

ÓRGÃOS SOCIAIS:

Representante do Município na Assembleia Geral - Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos

Conselho de Administração (nomeação na Assembleia Geral de 27 de outubro de 2021):

- **Presidente** – José Maria Guedes Correia de Magalhães
- **Vogal** – António Rodrigues Lisboa
- **Vogal** – Isabel Maria Moreira Arnaldo Teixeira

Revisor Oficial de Contas – Rodrigo Bruno Magalhães Ribas Pacheco

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO RÉGIA-DOURO PARK – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No dia 29 de outubro de 2009, celebrou-se a escritura pública da constituição da "Associação para o Desenvolvimento do Régia - Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia". na qual o Município de Vila Real subscreveu 72% do fundo social. A participação do Município passou para 98,3% do Fundo, com a subscrição de 1.228 unidades de participação, em 2012 e de 2.632 UP's em 2013 (escrituras celebradas em 05 de abril de 2013 e 20 de janeiro de 2014, respetivamente), esta participação manteve-se até 31-12-2021.

Durante o ano de 2022, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, procedeu à subscrição de 51 UP's, da Associação para o Desenvolvimento do Régia - Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia, no valor de € 25.500, elevando assim a sua participação para € 40.500, passando assim o Fundo Social da associação de € 2.000.000 para € 2.025.500. Consequentemente, a participação do Município de Vila Real

reduziu-se para 97,06%, sendo esta a quota da autarquia desde 31 de dezembro de 2022.

O Régia-Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia, resulta da parceria entre a Câmara Municipal de Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Câmara Municipal de Bragança, o Instituto Politécnico de Bragança e a PortusPark – Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto. O centro tecnológico está focado no desenvolvimento dos setores: agro-alimentar, agro-industrial, enologia, vitivinicultura, economia verde, valorização ambiental e tecnologias agro-ambientais. Dada a proximidade geográfica da Região Demarcada do Douro, o setor do Vinho e da Vinha, é uma área de intervenção prioritária que não está contemplada na atual rede de Parques de Ciência e Tecnologia. O Parque contempla uma Incubadora-Aceleradora de Empresas, um Centro de Negócios (Douro Business Center), um Polo Tecnológico de Excelência, e 32 Lotes Industriais.

ÓRGÃOS SOCIAIS (eleitos na Assembleia Geral de 25 de junho de 2020):

Assembleia Geral:

- **Presidente (UTAD)** – Emídio Ferreira dos Santos Gomes
- **1.º Secretário (IPB)** – Orlando Isidoro Rodrigues
- **2.º Secretário (Município de Bragança)** – Hernâni Dinis Venâncio Dias

Direção:

- **Presidente (Município de Vila Real)** – Nuno Miguel Félix Pinto Augusto
- **Vice-Presidente (UTAD)** – João Manuel Pereira Barroso
- **Vice-Presidente (Portus Park)** – Miguel Pedro Duarte Pinto

Conselho Fiscal:

- **Presidente (Portus Park)** – Ângelo Novais Barbosa
- **Vogal (Diretor do DAF do Município de Vila Real)** – Eduardo Luís Varela Rodrigues
- **Vogal (Revisor Oficial de Contas)** – Rodrigo Bruno Magalhães Ribas Pacheco

2 RECURSOS HUMANOS

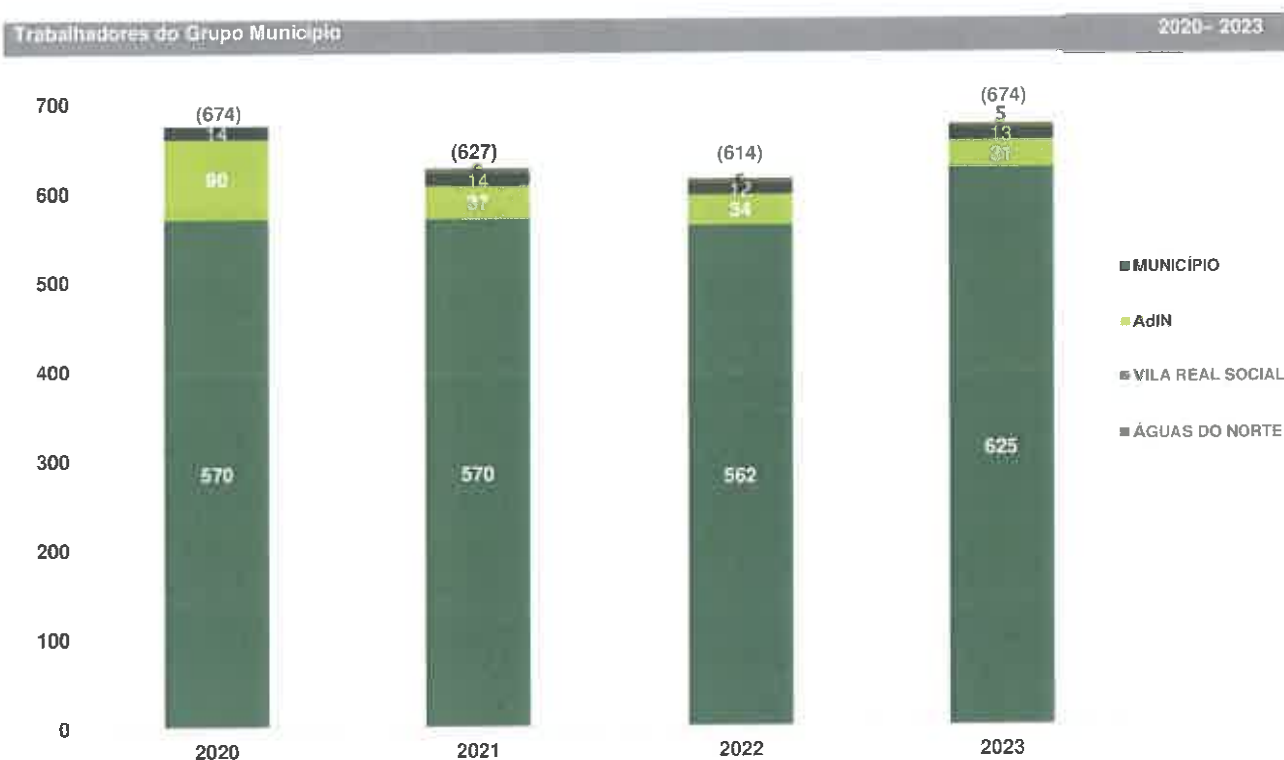
2.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES DO GRUPO MUNICÍPIO

No final de 2023 o Grupo Município possuía 674 trabalhadores, mais 60 que em 2022.

Destes, 625 possuíam uma relação contratual direta com o Município e 49 encontravam-se ligados às Empresas Vila Real Social, Águas do Interior Norte e Águas do Norte.

Este aumento deve-se ao reforço dos quadros municipais com a admissão de trabalhadores nas diferentes áreas e serviços, em

especial de Assistentes Operacionais/Auxiliares de Ação Educativa para os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas, colmatando necessidades e acautelando saídas por aposentações / falecimentos / rescisões no sector empresarial local.

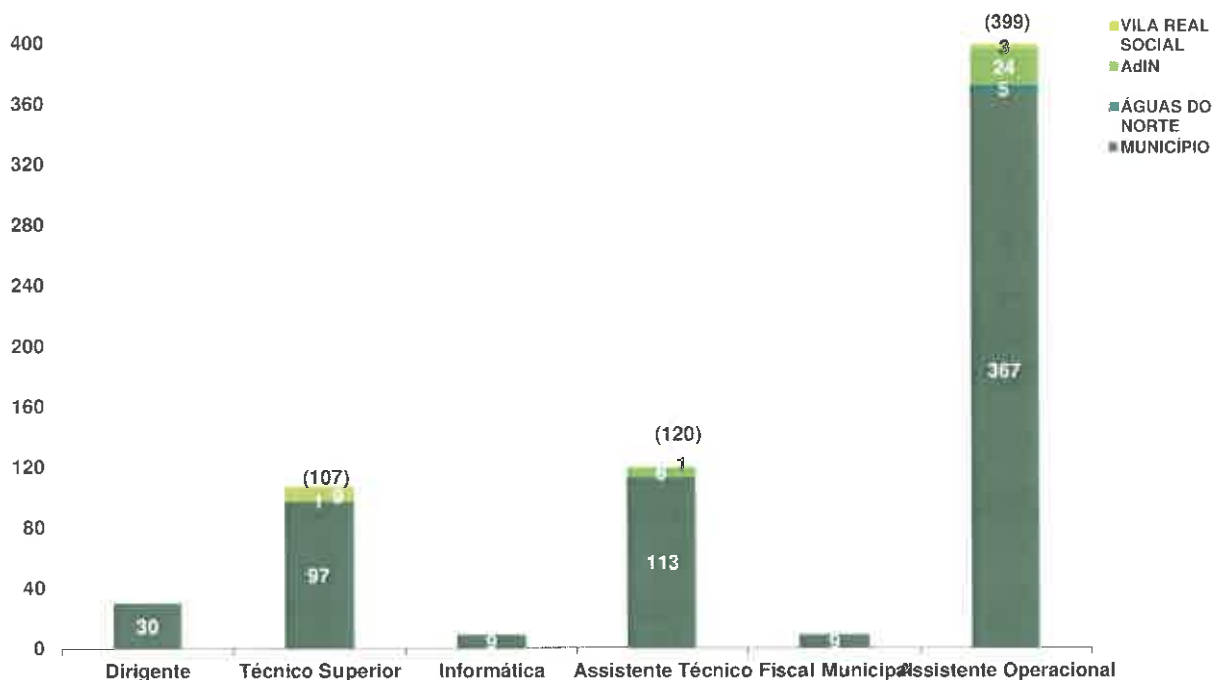


2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO GRUPO MUNICÍPIO

Do total dos 674 trabalhadores que trabalhavam em 31-12-2023, no Município e nas Empresas Municipais, 381 (57%) eram do sexo feminino e 293 (43%) do sexo masculino. O grupo

profissional dos Assistentes Operacionais totalizava, no final do último ano, 399 trabalhadores e representa a maioria (59%) dos trabalhadores do Município.

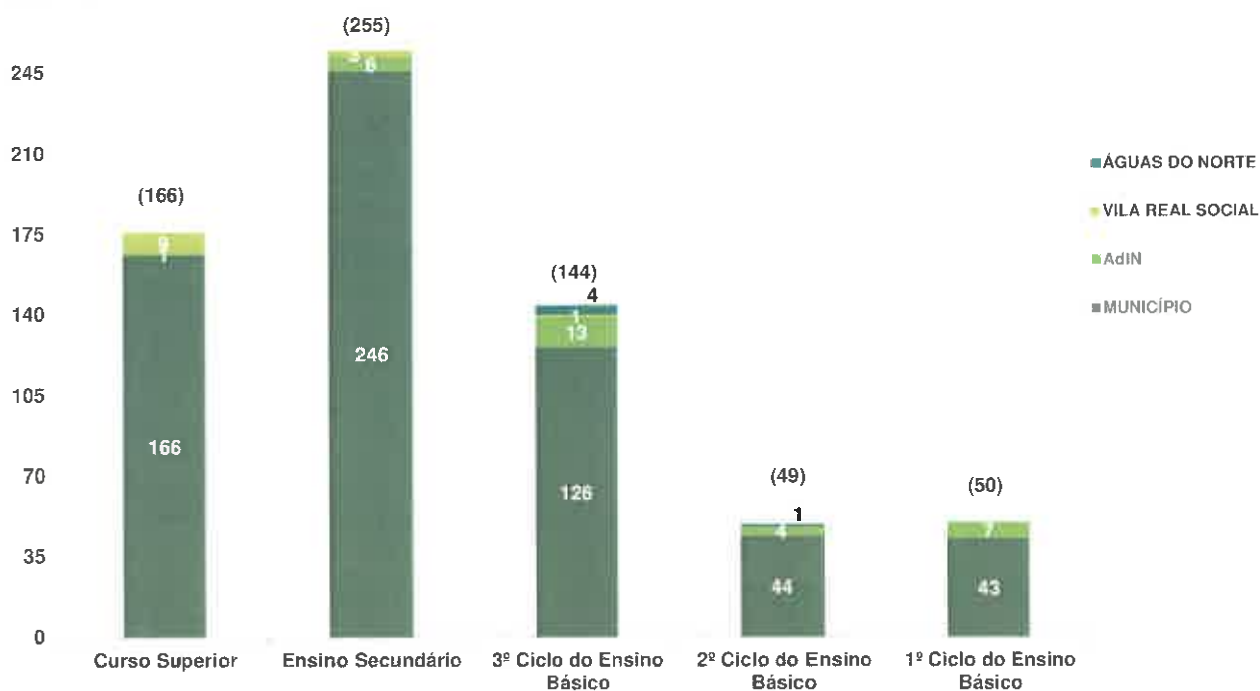
Trabalhadores do Grupo Município por Carreira 2023



Cerca de 85,3% dos trabalhadores que desempenhavam funções no Grupo Município tinham o 9º ano ou mais de escolaridade, sendo o grau habilitacional que mais trabalhadores possuíam era o 12º ano de escolaridade com 37,8% do total.

Dos trabalhadores com habilitações inferiores ao 9º ano, 80,8% são homens e 19,2% mulheres. Dos trabalhadores com habilitações superiores ao 9º ano, 37% são homens e 63% mulheres.

Estrutura Habitacional dos Trabalhadores do Grupo Município 2023

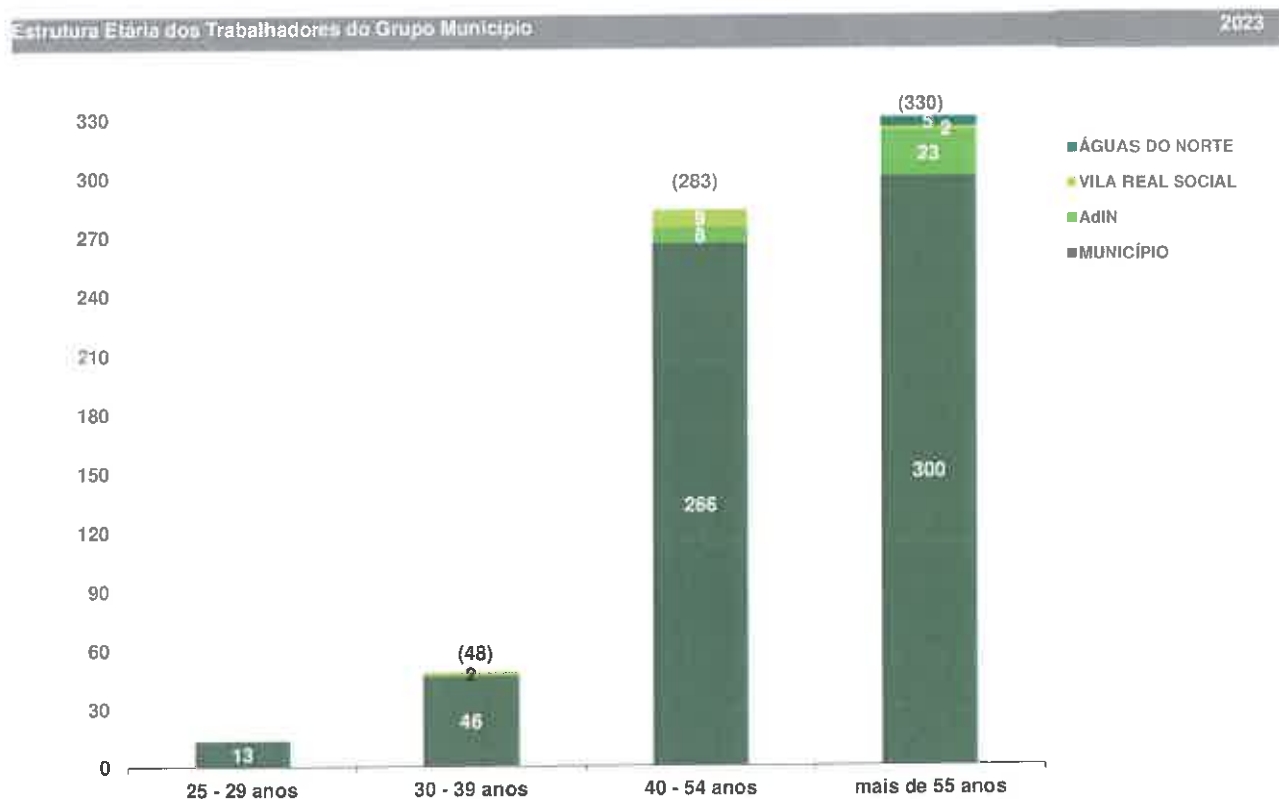


Em ordem a perceber a distribuição dos trabalhadores por idades organizaram-se classes etárias, cujos dados se apresentam no gráfico seguinte. A classe com maior nº de trabalhadores é a dos mais de 55 anos, que representa 49% e a classe dos 40-54 anos representando 42% do total, ou seja, 91% dos trabalhadores com mais de 40 anos.

Da análise à estrutura etária constata-se ainda que a média geral de idade é 53 anos. A idade média dos trabalhadores da CMVR

é de 52 anos, na ADIN de 58 anos, na Vila Real Social de 46 anos e nas Águas do Norte é de 61 anos.

A estrutura etária dos trabalhadores encontra-se compreendida entre os 25 e os 69 anos, representando o grupo dos trabalhadores com menos de 29 anos apenas 1,9% do total, ou seja, 13 trabalhadores no Grupo, que em parte reflete o envelhecimento e fraco rejuvenescimento da Função Pública.

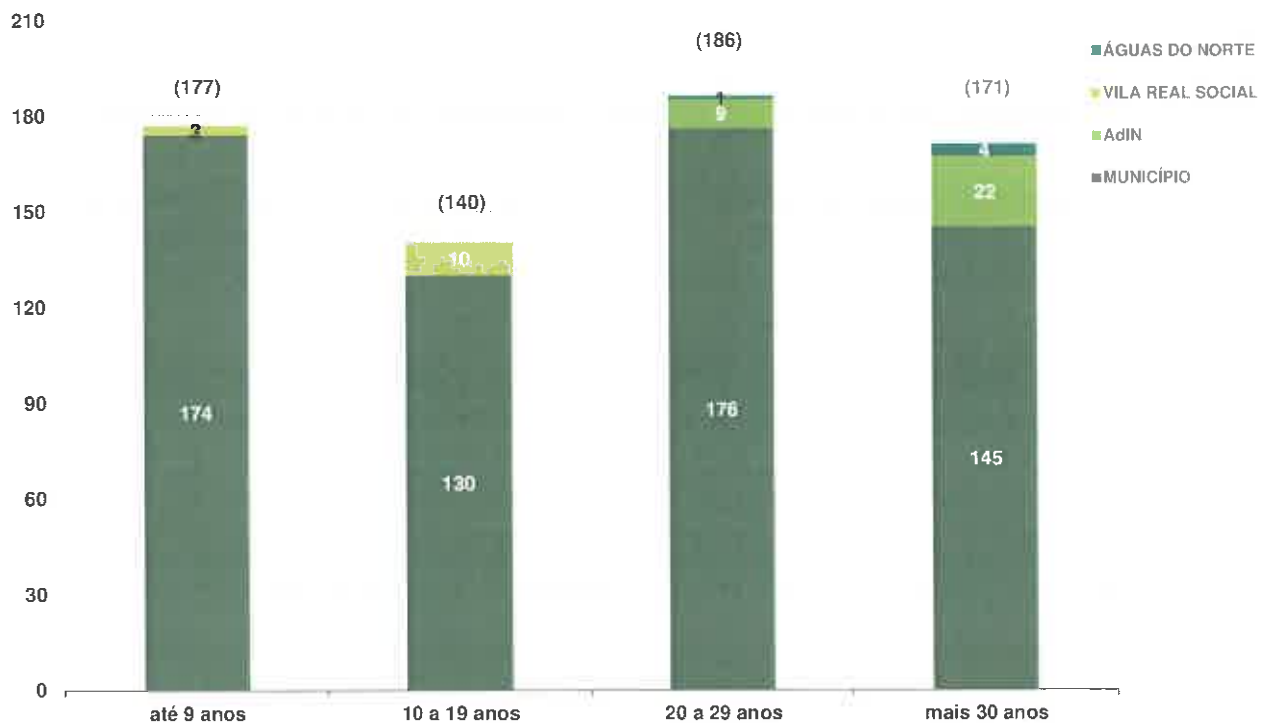


Para observar a distribuição dos trabalhadores pelos anos de serviço no Município de Vila Real deve atentar-se para o gráfico seguinte. A sua análise permite verificar que a maior parte dos trabalhadores (n=357) tem mais de 20 anos de serviço, o que

representa 53% dos trabalhadores. A média geral de anos de serviço é 20 anos, enquanto entre os homens a média de anos de serviço é 22 anos e entre as mulheres é 19.

Tempo de Serviço dos Trabalhadores do Grupo Município

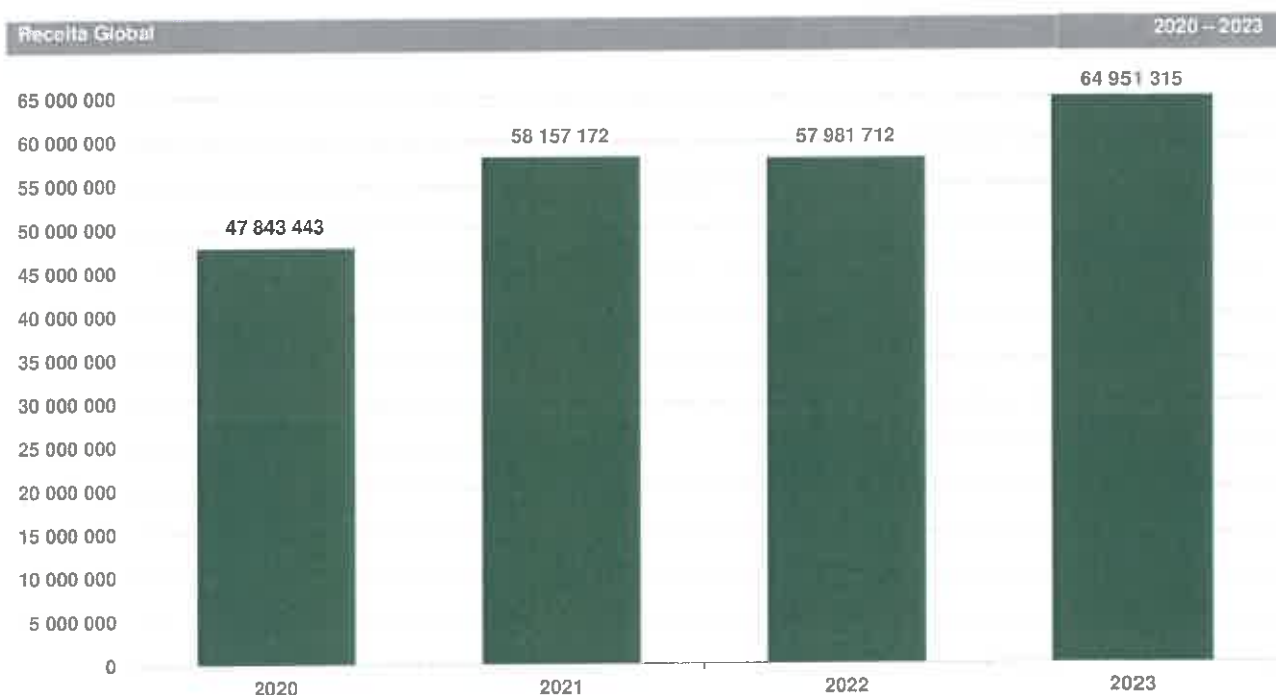
2023



3 EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Em 2023, o total da receita cobrada pelo Grupo Município de Vila Real, alcançou o montante de € 64.951.315, repartido da seguinte forma: Município € 63.421.193 (97,7%), Vila Real Social € 1.394.347 (2,1%) e da Associação Régia Douro Park € 135.775 (0,2%). Comparativamente com 2022, verificou-se um acréscimo de € 6.969.603, no ano de 2023, o que representa um crescimento de 12%, no total dos recursos que o Grupo conseguiu captar. O aumento de 2022 para 2023, foi suportado pelo crescimento dos

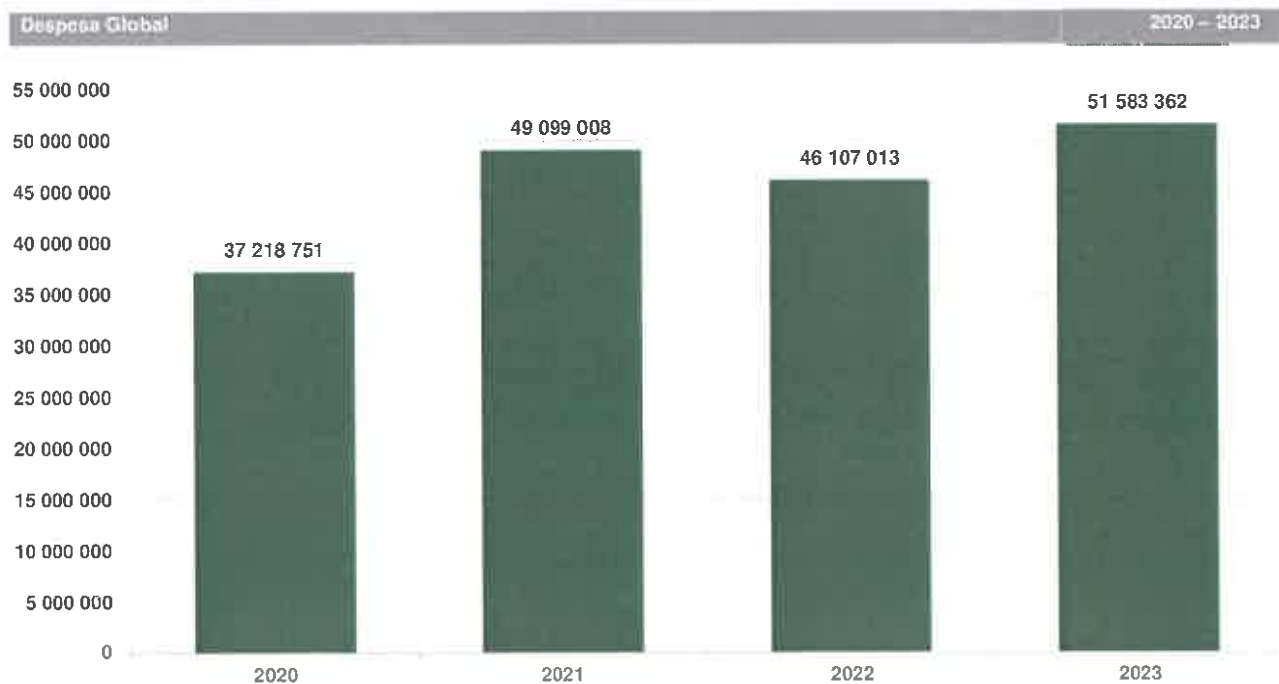
recebimentos de todas as entidades do Grupo. Destaca-se pelos seus montantes, o aumento das Receitas do Município de Vila Real, refletindo o acréscimo de: € 2.499.139 nas Comparticipações de Fundos Comunitários e Contratos-Programa para Investimento, € 1.172.190 nas Transferências do Orçamento de Estado e € 731.660 nas Receitas com origem em Impostos Municipais.



No ano de 2023 a Despesa Global do Grupo Município de Vila Real atingiu € 51.583.362, traduzindo um crescimento de 12% face a 2022 e refletindo um forte aumento das iniciativas municipais de 2022 para 2023.

O Total da Despesa Global do Grupo Município foi resultado da conjugação das Despesas em termos consolidados do Município € 50.250.087 (97,4%), da Vila Real Social € 802.710 (1,6%) e da Associação Régia Douro Park € 530.565 (1,0%).

Deste modo, no final de 2023, registou-se uma elevada diferença entre Receita e Despesa de cerca de € 13.367.953,25 que transita para 2024 e poderá ser utilizado em despesa nesse ano. Esta Poupança Orçamental registada em 2023, dota o Grupo Município de Vila Real, de meios financeiros para através dos Fundos Comunitários do Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), aumentar a despesa municipal nos próximos anos.



A Lei 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, também estipula uma regra de equilíbrio corrente, que se encontra prevista no seu artigo 40º, definindo que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual á despesa corrente

acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No exercício de 2023, a aplicação desta norma, traduziu-se num Saldo de Equilíbrio Orçamental do Grupo Município de Vila Real de € 5.882.587, cumprindo-se com elevada margem o limite legal.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - NOS TERMOS DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

RÚBRICAS		2023
(1)	RECEITAS CORRENTES	43 830 230
(2)	DESPESAS CORRENTES	36 515 570
(3)	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS MLP	1 432 072
(1) - (2) - (3)	SALDO DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	5 882 587

4 ANÁLISE AO BALANÇO

O Balanço mostra-nos a posição financeira e patrimonial do Grupo Município de Vila Real a 31-12-2023, Ativos, Passivos e

Património Líquido, comparando-a com a do ano anterior.

Balanço		2023	2022
Ativo		252 530 798	244 717 310
	Ativos fixos tangíveis	178 991 537	174 353 489
	Propriedades de investimento	1 000 541	1 024 061
	Ativos intangíveis	56 551	97 825
	Participações financeiras	39 505 660	39 056 591
	Outros ativos financeiros	3 023	2 963
	Inventários	2 185 434	1 935 544
	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 654 554	2 597 070
	Outras Contas a receber	3 601 046	2 544 059
	Meios Financeiros Líquidos - Orçamentais	13 368 453	11 966 796
	Meios Financeiros Líquidos - Cauções e OT's	1 251 189	1 558 786
	<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	9 912 510	9 580 126
Património Líquido		211 279 786	206 009 149
	Património/Capital	77 829 837	77 829 837
	Ajustamento de partes de capital	18 807 014	18 361 620
	Reservas	3 120 613	2 999 503
	Outras variações no património líquido	47 755 762	48 050 077
	Doações (I.N.H. Imóveis - Educação)	22 347 213	22 347 213
	Resultados Transitados	37 431 888	34 297 959
	Resultados Líquidos	3 849 719,75	1 978 098
Interesses que não controlam			
	Participação de 3ºs na Ass. Régia Douro Park	137 739	144 842
Passivo		41 251 012	38 708 162
	Provisões	6 642 326	7 203 274
	Contas a pagar - Financiamentos obtidos de MLP	9 290 806	10 500 886
	Contas a pagar - Financiamentos obtidos de CP	1 562 952	1 584 943
	Outras Contas a pagar - Fornecedores (Cauções e OT's)	1 251 189	1 027 019
	Outras Contas a pagar - Fornecedores	402 093	545 457
	Contas a pagar - Estado e Outros Entes Públicos	227 620	213 194
	Contas a pagar - Adiantamento pela Venda de Património	80 206	80 329
	Contas a pagar - Adiantamento de Fundos Comunitários	987 694	0
	<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	20 806 126	17 153 060
Total Património Líquido e Passivo		252 530 798	244 717 310

A análise à situação financeira do Grupo Município de Vila Real é condicionada principalmente pela situação do Município de Vila Real, uma vez que é a entidade do grupo com maior dimensão, ao nível dos agregados financeiros e patrimoniais, devido a grande parte da atividade estar a ser operada por esta entidade, cerca de 98% do Ativo do Grupo Município, está contabilizado diretamente nas contas do Município.

A variação da estrutura do balanço de 2022 para 2023, foi decisivamente influenciada pelo elevado nível de investimento realizado pelo Município em 2023, e que se traduziu na execução de várias obras, das quais se destacam: Requalificação do Pavilhão Diogo Cão, Construção do Centro de Proteção Civil de Vila Real, Qualificação da Central do Biel e Zona Envolvente, Zona Industrial de Constantim, Reabilitação de Vários Arruamentos na Cidade, Pavimentações e Conservação das Vias nas Zonas Rurais, a execução de todos estes investimentos traduziu-se no aumento dos Ativos Fixos Tangíveis em cerca de € 4.638.048. O montante de € 1.251.189 constante na rubrica do Balanço "Dívidas a Terceiros – Fornecedores (Cauções e OT's)" refere-se a cauções prestadas por fornecedores e de operações de tesouraria. O elevado nível de Investimento municipal verificado em 2023, sendo dos mais elevados do quadriénio, e uma vez que a sua maioria tem financiamento comunitário e ou nacional, traduziu-se num elevado valor a receber destas comparticipações, assim do total de € 2.654.554 registados a 31-12-2023 na conta "Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis", cerca de € 2.050.997 referem-se a Fundos Comunitários e € 603.557 a Financiamento Direto do Estado, totalizando assim € 2.654.554. Há aqui também a destacar a redução de 2022 para 2023, em cerca de € 661.469, da dívida registada do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativa às comparticipações no âmbito das candidaturas: Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS) e Contrato Emprego Inserção +(CEI +), que financiam as bolsas pagas pelo Município a desempregados que prestam serviços na autarquia. O montante das participações financeiras registado no Balanço Consolidado, reflete a participação do Grupo Município no capital de entidades que não fazem parte do perímetro de consolidação, a sua composição a 31-12-2023 era a seguinte: Águas do Norte, S.A. (€ 962.543), Águas do Interior - Norte, E.I.M., S.A. (€ 37.517.958), Associação Douro Alliance (€ 12.186), F.A.M (€ 867.537), Fundação Museu do Douro (€ 16.930), Fundação de Serralves (€ 100.000), Turismo do Porto e Norte de Portugal (€ 26.505) e a Ass. Brigantia EcoPark (€ 2.000). O aumento desta rubrica face a 2022, é maioritariamente justificada pela valorização em € 466.192 da participação da Águas do Interior - Norte, E.I.M., S.A..

Na rubrica Propriedades de Investimento, está contabilizado o "Edifício Kiosk Pioledo" transitado da sociedade Polis Vila Real, o qual estava alugado no final de 2023, para funcionar como café, não sendo esta uma competência municipal e devendo como tal ser registada nesta conta. Esta rubrica inclui também os lotes do Parque de Ciência e Tecnologia que representavam a 31 de dezembro de 2023 cerca de € 672.358.

O aumento verificado nos Inventários, justifica-se por desde 2020, e de acordo com o novo normativo contabilístico, estarem contabilizados nesta rubrica os terrenos adquiridos para a construção da nova Zona Industrial, aumentando € 239.928 em 2023, totalizando um valor acumulado de € 2.036.627.

Os Bens e Direitos que compõem o Ativo do Grupo Município totalizavam no final de 2023 cerca de € 252.530.798 tendo este valor maioritariamente como origem, Fundos Próprios (€ 211.279.786) e não Passivos. Do valor do passivo, fazem parte € 6.642.326 relativos a Provisões, integralmente contabilizadas no Município, a redução em 2023 face a 2022, justifica-se maioritariamente pelo fim de 3 ações que se encontravam em contencioso, tendo em todas elas as decisões judiciais sido favoráveis ao Município, sendo assim revertido € 560.948 de provisões efetuadas em anos anteriores. No agregado "Outras Contas a pagar – Adiantamento de Fundos Comunitários", estão registados € 987.694 recebidos em 2023, a título de adiantamento, para financiar despesa ainda não realizada pelo Município. A maior parte deste valor (€ 748.983), diz respeito ao adiantamento do Contrato Programa para a execução das Ações de Estabilização de Emergência, decorrente dos danos causados na sequência dos incêndios rurais registados no mês de agosto de 2022. O total de € 20.806.126 registado em Acréscimos e Diferimentos, inscritos no Passivo, não corresponde a nenhuma forma de dívida do Grupo Município de Vila Real, correspondendo apenas ao diferimento de proveitos. O valor constante em 2023 na rubrica Interesses que não controlam diz respeito ao montante conjunto da participação que a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (€ 40.500), o Portus Park (€ 15.000), o Município de Bragança (€ 2.000) e o Instituto Politécnico de Bragança (€ 2.000) têm na Associação Régia Douro Park, que sendo inicialmente de € 59.500, ajustada das alterações do capital próprio desta entidade, resultantes da sua atividade, totalizavam em 31-12-2023 cerca de € 137.739.

5 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados permite uma análise dos fatores que contribuíram para o Resultado Líquido obtido no exercício,

dando uma visão sobre a situação económica do Grupo Município de Vila Real no exercício de 2023.

Resumo Demonstração de Resultados:		2023	2022
Resultados Operacionais:	(A)	4 243 088	2 043 160
Resultados Financeiros:	(B)	-394 010	-76 447
Resultado Líquido do Exercício (antes de Interesses Minoritários):	(A) + (B)	3 849 078	1 966 713
Resultado Afeto a Interesses Minoritários	(C)	-642	-11 385
Resultado Líquido do Exercício da Entidade-Mãe:	(A) + (B) - (C)	3 849 720	1 978 098

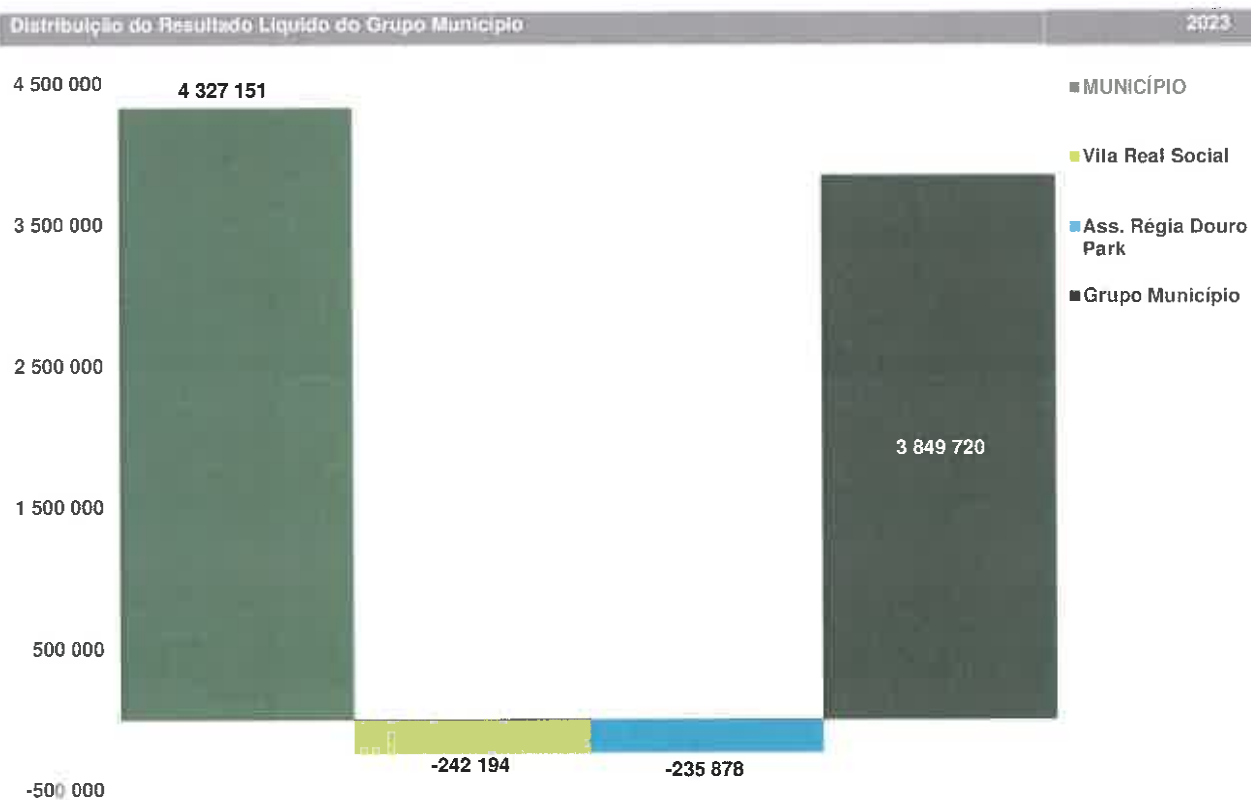
Os Resultados Operacionais registaram uma melhoria significativa de 2022 para 2023, justificada maioritariamente, pelo aumento dos rendimentos do Município de Vila Real, nomeadamente com as transferências do Orçamento de Estado, quer ao nível do valor dos Fundos, quer das transferências de competências da Educação e Ação Social, no global os rendimentos com origem em transferências do Orçamento de Estado cresceram € 1.652.127, verificou-se também, o aumento dos rendimentos com origem em reversões de provisões de processos judiciais em cerca de € 468.012, devido ao aumento dos valores dos desfechos favoráveis para o Município, em processos judiciais findos em 2023, comparativamente com 2022.

A redução dos Resultados Financeiros em 2023 face a 2022, deve-se ao indexante associado (Euribor a 6 meses) aos empréstimos de médio e longo prazo do Município, ter registado

um aumento acentuado no último ano, levando ao agravamento dos Gastos com Juros.

Apesar dos Resultados Operacionais, após os ajustamentos de consolidação, da VRS (€ -242.182,07) e da RDP (€ -269.880,17) serem negativos, não superaram o impacto positivo dos resultados operacionais do Município (€ 4.755.149,87), arrastando o Resultado Líquido do exercício de 2023 para terreno largamente positivo, atingindo € 3.849.720.

O gráfico seguinte demonstra o contributo de cada uma das entidades para o Resultado Líquido Consolidado em 2023, após eliminação dos movimentos intra-grupo e após uniformização dos critérios de valorização de ativos de acordo com o praticado pelo Município de Vila Real.



6 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados

patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade.

Indicadores	2023	2022
Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	$\frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Património Líquido}}$	1,82% 0,96%
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	$\frac{\text{Resultados operacionais (EBIT)}}{\text{Ativo}}$	1,68% 0,83%
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo corrente}}{\text{Passivo corrente}}$	406,50% 390,18%
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo corrente}}$	183,51% 179,66%
Liquidez Reduzida	$\frac{\text{Ativo corrente - Inventários}}{\text{Passivo corrente}}$	379,06% 364,47%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Ativo}}$	83,66% 85,54%
Solvabilidade	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Passivo}}$	512,18% 532,21%
Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$	16,34% 15,82%

A Rentabilidade do Património Líquido, permite aferir da relação entre os Resultados Líquidos e o Ativo, bem como da relação entre gastos e rendimentos. O resultado deste rácio indica que no exercício de 2023, existiu uma gestão equilibrada dos meios colocados à disposição, com os gastos a serem menores que os rendimentos em cerca de 1,82 % do Património Líquido. Comparativamente com 2022, verifica-se uma melhoria significativa deste indicador em 2023, devido ao crescimento do Resultado Líquido.

A Rentabilidade Operacional do Ativo, valoriza em termos percentuais o rendimento dos ativos do Grupo Município de Vila

Real, sem entrar em linha de conta com o impacto do financiamento. O resultado deste rácio no exercício de 2023, reflete os Resultados Operacionais positivos neste ano. Comparativamente com 2022, verifica-se uma melhoria significativa neste indicador.

A regra do equilíbrio financeiro aconselha que a Liquidez Geral, em percentagem, seja superior a 100%, significando nesse caso que não se aproximam situações de dificuldades ao nível da tesouraria. O Grupo Município encontrava-se bem acima desse valor, alcançando-se os 406,50%.

A Liquidez Imediata mede a existência no momento, de dificuldades de tesouraria. O Grupo Município tinha em disponibilidades cerca de 183,51%, do total das dívidas de curto prazo, sendo entendidas como dívidas de curto prazo, o valor a amortizar em 2024 de empréstimos de Médio e Longo Prazo, os acréscimos de custos e restantes dívidas a terceiros. Isto traduz o cumprimento por larga margem do preceito legal, que obriga o Grupo Município Vila Real a ter em Disponibilidades para liquidar de imediato o total de cauções retidas em dinheiro a terceiros e operações de tesouraria, cujo valor em 31-12-2023 era de € 1.251.189.

A Liquidez Reduzida é um indicador similar à Liquidez Geral, já apresentada, mas sem o efeito dos inventários. No Grupo do Município de Vila Real, uma vez que os inventários têm uma dimensão significativa, o valor deste indicador não é próximo do apresentado para a Liquidez Geral, atingindo os 379,06% e sendo demonstrativo da inexistência de constrangimentos ao nível de tesouraria.

A estrutura do financiamento da atividade do Grupo Municipal pode ser analisada, através da Autonomia financeira, que mede até que ponto a atividade está a ser financiada com o património líquido, o rácio obtido de 83,66%, evidencia que nas iniciativas municipais o recurso a crédito de terceiros tem uma dimensão reduzida.

O Índice de Solvabilidade indica a capacidade que a entidade tem, para com o ativo, fazer face aos compromissos assumidos. O valor de 512,18% traduz uma fraca dependência relativamente aos credores, logo a garantia do cumprimento das suas obrigações para com terceiros.

O Endividamento evidencia o peso que o Passivo tem no total do Ativo do Município, sendo que aqui o Passivo é entendido não só como o valor das dívidas a terceiros bem como os acréscimo e diferimentos, que como anteriormente referido não se tratam valores exigíveis por entidades terceiras, mas somente o cumprimento do princípio contabilístico da especialização do exercício. O valor deste rácio revela o fraco peso dos capitais alheios, no total do Ativo.

Verificou-se assim, uma melhoria significativa, de 2022 para 2023, ao nível dos Indicadores de Rentabilidade e de Liquidez do Grupo Município de Vila Real.

O Grupo Município de Vila Real possuía a 31-12-2023 uma elevada liquidez de tesouraria, uma posição financeira sólida, derivada de um elevado grau de Autonomia face a credores, conjugado com um forte peso do ativo fixo e uma situação económica, em que os rendimentos operacionais excedem os gastos operacionais. No global os rendimentos são superiores aos gastos, traduzindo-se num Resultado Líquido amplamente positivo de € 3.849.719,75.

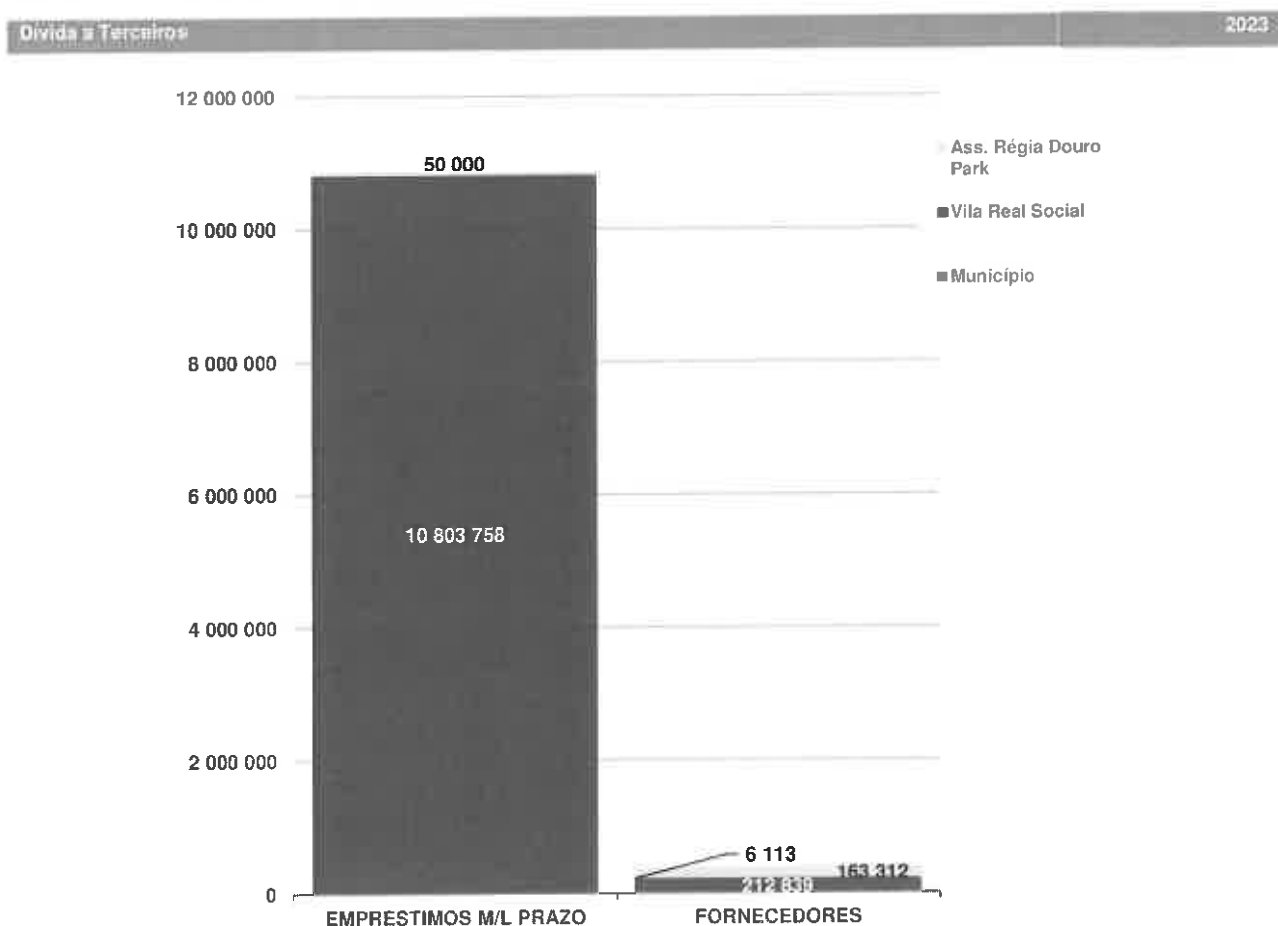
7 STOCK DA DÍVIDA TOTAL

A 31-12-2023 a dívida a terceiros no Grupo Município de Vila Real encontrava-se contabilizada sob a forma de: Empréstimos Bancários e créditos de Fornecedores.

Do total das contas a pagar existente no final de 2023 pelo Grupo Município de Vila Real (€ 11.236.022), a grande maioria encontrava-se sob a forma de Financiamento Bancário (€ 10.853.758), ou seja 96,6%.

O recurso a Empréstimos Bancários no caso do Município é uma fonte de financiamento complementar, às Receitas Próprias, aos Fundos Comunitários e à Venda de Bens de Investimento, no financiamento do Investimento.

Em 31 de dezembro de 2023, as dívidas a fornecedores no caso do Município (€ 212.839) e da Vila Real Social, E.M., S.A. (€ 6.113) refletem um conjunto de faturas emitidas no final do ano de 2023 por fornecedores, mas que apenas foi possível aos serviços técnicos conferi-las e validá-las em 2024, não estando como tal em condições de serem pagas à data de 31-12-2023, é de referir que na presente data estas faturas já não se encontram em dívida.



MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

GRUPO MUNICÍPIO DE VILA REAL

GERÊNCIA DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RECEITAS	EXECUÇÃO	%
RECEITAS CORRENTES	43 830 230	67%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	43 830 230	67%
RECEITAS DE CAPITAL	9 154 789	14%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	9 154 789	14%
OUTRAS RECEITAS (SALDOS DA GERÊNCIA ANTERIOR)	11 966 296	18%
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	11 966 296	18%
TOTAL GERAL	64 951 315	100%

DESPESAS	EXECUÇÃO	%
DESPESAS CORRENTES	36 515 570	71%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	36 515 570	71%
DESPESAS DE CAPITAL	15 067 791	29%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	15 067 791	29%
TOTAL GERAL	51 583 362	100%

SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	13 367 953	
--------------------------------	------------	--

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

GRUPO MUNICÍPIO DE VILA REAL

Gerência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

RUBRICA	RECEBIMENTOS	31/12/2023	31/12/2022	RUBRICA	PAGAMENTOS	31/12/2023	31/12/2022
RA01	Saldo de gerência anterior	13 525 082,15 €	10 489 327,22 €				
RI01	Operações orçamentais [1]	11 966 296,39 €	9 060 902,62 €				
RI02	Devolução do saldo oper.						
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades						
RI03	Operações de tesouraria [A]	1 558 785,76 €	1 428 424,60 €				
RA02	Receita corrente	43 830 230,09 €	41 082 595,95 €	DA01	Despesa corrente	36 515 570,47 €	32 400 106,49 €
R1	Receita fiscal	12 136 263,54 €	11 671 349,96 €	D1	Despesas com o pessoal	13 728 926,50 €	12 099 962,16 €
R1.1	Impostos diretos	9 841 549,08 €	9 109 889,11 €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	10 613 132,79 €	9 352 582,75 €
R1.2	Impostos indiretos	2 294 714,46 €	2 561 460,85 €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	265 614,66 €	240 058,08 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D1.3	Segurança social	2 850 179,05 €	2 507 321,33 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 008 795,51 €	1 558 926,79 €	D2	Aquisição de bens e serviços	15 422 792,51 €	12 810 481,25 €
R4	Rendimentos de propriedade	2 800 029,15 €	3 095 463,18 €	D3	Juros e outros encargos	354 356,59 €	56 345,70 €
R5	Transferências e subsídios correntes	23 283 050,92 €	21 011 475,12 €	D4	Transferências e subsídios correntes	6 362 445,88 €	6 365 273,32 €
R5.1	Transferências correntes	23 283 050,92 €	21 211 475,12 €	D4.1	Transferências correntes	4 943 114,01 €	5 114 696,66 €
R5.1.1	Administrações Públicas	23 256 144,21 €	21 203 825,86 €	D4.1.1	Administrações Públicas	2 024 566,23 €	1 900 235,98 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	15 755 048,19 €	15 514 283,36 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	703 832,15 €	579 904,19 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras	7 290 840,24 €	5 689 542,50 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		700,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local	210 255,84 €	169 540,72 €	D4.1.1.5	Administração Local	1 320 734,08 €	1 320 231,79 €
R5.1.2	Exterior - U E	15 840,00 €		D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	2 019 352,67 €	2 197 676,84 €
R5.1.3	Outras	11 066,71 €	7 649,26 €	D4.1.3	Famílias	895 263,27 €	798 856,34 €
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras	3 931,84 €	17 927,50 €
R6	Venda de bens e serviços	3 375 136,42 €	3 693 016,10 €	D4.2	Subsídios Correntes	1 419 331,87 €	1 450 576,66 €
R7	Outras receitas correntes	226 954,55 €	52 364,80 €	D5	Outras despesas correntes	647 048,99 €	1 068 044,06 €
RA03	Receita de capital	8 517 994,62 €	7 830 732,07 €	DA02	Despesa de capital	13 635 238,66 €	12 020 940,26 €
R8	Venda de bens de investimento	5 417,00 €	11 025,00 €	D6	Aquisição de bens de capital	13 192 517,71 €	10 792 985,27 €
R9	Transferências e subsídios de capital	8 488 826,84 €	6 760 608,04 €	D7	Transferências e subsídios de capital	428 993,75 €	331 572,60 €
R9.1	Transferências de capital	8 488 826,84 €	6 760 608,04 €	D7.1	Transferências de capital	428 993,75 €	331 572,60 €
R9.1.1	Administrações Públicas			D7.1.1	Administrações Públicas	274 293,75 €	110 372,60 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	7 334 059,72 €	6 214 808,79 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras	1 154 767,12 €	542 381,85 €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local		3 417,40 €	D7.1.1.5	Administração Local	274 293,75 €	110 372,60 €
R9.1.2	Exterior - U E			D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	154 700,00 €	221 200,00 €
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras receitas de capital	23 750,78 €	1 057 099,03 €	D7.2	Subsídios de capital		
				D8	Outras despesas de capital	13 727,20 €	896 382,39 €
RA04	Receita efetiva [2]	52 785 018,65 €	49 005 424,27 €	DA03	Despesa efetiva [5]	50 150 809,13 €	44 421 046,75 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	436 795,94 €	92 096,25 €				
RA05	Receita não efetiva [3]	200 000,00 €	25 501,00 €	DA04	Despesa não efetiva [6]	1 432 552,66 €	1 704 514,75 €
R12	Receita com ativos financeiros		25 500,00 €	D9	Despesa com ativos financeiros	480,41 €	1 496,05 €
R13	Receita com passivos financeiros	200 000,00 €	1,00 €	D10	Despesa com passivos financeiros	1 432 072,25 €	1 703 018,70 €
RA06	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	64 951 315,04 €	58 091 827,89 €	DA05	Soma [7] = [5] + [6]	51 583 361,79 €	46 125 561,50 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]	622 443,67 €	513 627,50 €	DOT1	Operações de tesouraria [C]	930 039,98 €	383 266,34 €
				DA06	Saldo para a gerência seguinte	14 619 142,70 €	13 525 052,15 €
				DA07	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	13 367 953,25 €	11 966 266,39 €
				DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	1 251 189,45 €	1 558 785,76 €
				DA09	Saldo global [2] - [5]	2 634 209,52 €	4 584 377,52 €
				DA10	Despesa primária	44 810 120,14 €	44 366 197,10 €
				DA11	Saldo corrente	7 552 665,12 €	8 682 489,46 €
				DA12	Saldo de capital	-5 117 244,04 €	-11 137 462,29 €
				DA13	Saldo primário	6 160 103,19 €	4 638 961,85 €
				DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	64 951 315,04 €	58 091 827,89 €
				DA15	Despesa total [5] + [6]	51 583 361,79 €	46 125 561,50 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

GRUPO MUNICÍPIO DE VILA REAL

Gerência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	31/12/2023	31/12/2022	Rubrica	OBRIGAÇÕES	31/12/2023	31/12/2022
R1	Receita corrente	3 530 466,13 €	2 304 751,48 €		Despesa corrente	389 867,89 €	407 848,08 €
R1.1	Receita fiscal			D1	Despesas com o pessoal	195 215,95 €	155 265,65 €
	Impostos diretos			D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	191 859,53 €	151 744,96 €
R1.2	Impostos indiretos			D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	3 049,90 €	3 300,84 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D1.3	Segurança social	306,52 €	219,85 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	550 351,11 €	280 005,86 €	D2	Aquisição de bens e serviços	193 651,94 €	250 581,89 €
R4	Rendimentos de propriedade	78 563,91 €	21 559,32 €	D3	Juros e outros encargos		0,54 €
R5	Transferências e subsídios correntes	114 238,16 €	50 613,81 €	D4	Transferências e subsídios correntes		
R5.1	Transferências correntes	114 223,16 €	50 598,81 €	D4.1	Transferências correntes		
R5.1.1	Administrações Públicas	114 223,16 €	50 598,81 €	D4.1.1	Administrações Públicas		
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	49 736,16 €		D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	64 487,00 €		D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local	15,00 €	15,00 €	D4.1.1.5	Administração Local		
R5.1.2	Exterior - U E			D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo		
R5.1.3	Outras		1 151,50 €	D4.1.3	Famílias		
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	2 785 869,62 €	1 945 775,34 €	D4.2	Subsídios correntes		
R7	Outras receitas correntes	1 443,33 €	6 797,15 €	D5	Outras despesas correntes	1 000,00 €	2 000,00 €
R8	Receita de capital	66 529,56 €	77 654,18 €		Despesa de capital	195 114,48 €	163 056,54 €
R9	Venda de bens de investimento	15 690,00 €	21 637,00 €	D6	Aquisição de bens de capital	195 114,48 €	163 056,54 €
R9.1	Transferências de capital			D7	Transferências e subsídios de capital		
R9.1.1	Administrações Públicas			D7.1	Transferências de capital		
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português			D7.1.1	Administrações Públicas		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.5	Administração Local			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.2	Exterior - U E			D7.1.1.5	Administração Local		
R9.1.3	Outras			D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.3	Famílias		
R10	Outras receitas de capital	50 839,56 €	56 017,18 €	D7.1.4	Outras		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos			D7.2	Subsídios de capital		
				D8	Outras despesas de capital		
	Receita efetiva [1]	3 596 995,69 €	2 382 405,66 €		Despesa efetiva [4]	584 982,37 €	570 904,62 €
	Receita não efetiva [2]				Despesa não efetiva [5]		
R12	Receita com ativos financeiros			D9	Despesa com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros			D10	Despesa com passivos financeiros		
	Receita total [3]=[1]+[2]	3 596 995,69 €	2 382 405,66 €		Despesa total [6]=[4]+[5]	584 982,37 €	570 904,62 €

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Fazem parte integrante do perímetro de consolidação orçamental do Grupo Município, nos termos legais: o Município de Vila Real, a Vila Real Social, E.M., S.A. e a Régia Douro Park.

A empresa Águas do Interior – Norte, EIM, SA., detida a 47,75% pelo Município não faz parte do perímetro de consolidação orçamental, nos termos do parágrafo 22 e 23 da Norma de Contabilidade Pública 26.

BALANÇO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICÍPIO DE VILA REAL

Gerência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente		220 148 114,72 €	215 344 449,94 €
Ativos fixos tangíveis	5	178 991 537,06 €	174 353 488,98 €
Propriedades de investimento	8	1 000 841,24 €	1 024 060,69 €
Ativos intangíveis	3	56 550,75 €	97 825,48 €
Participações financeiras	18 e 20	39 505 660,04 €	39 056 590,53 €
Clientes, contribuintes e utentes		17 466,96 €	794 237,51 €
Diferimentos		5 882,29 €	15 283,67 €
Outros ativos financeiros		3 022,92 €	2 963,08 €
Outras contas a receber		567 153,46 €	0,00 €
Ativo corrente		32 382 683,20 €	29 372 860,33 €
Inventários	10	2 185 434,36 €	1 935 544,10 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	2 654 553,54 €	2 597 069,94 €
Clientes, contribuintes e utentes	9	2 908 540,82 €	1 705 486,35 €
Estado e outros entes públicos		1 405,10 €	18 143,80 €
Outras contas a receber	18	9 954 913,04 €	9 530 538,65 €
Diferimentos		58 193,64 €	60 495,34 €
Ativos financeiros detidos para negociação		500,00 €	500,00 €
Caixa e depósitos	1	14 619 142,70 €	13 525 082,15 €
Total Ativo		252 530 797,92 €	244 717 310,27 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		211 279 785,99 €	206 009 148,59 €
Património/Capital		77 829 837,00 €	77 829 837,00 €
Reservas		3 120 612,71 €	2 999 502,79 €
Resultados transitados		37 431 888,05 €	34 297 958,70 €
Ajustamentos em ativos financeiros		18 807 013,70 €	18 361 619,66 €
Outras variações no património líquido		70 102 975,37 €	70 397 290,59 €
Resultado líquido do período		3 849 719,75 €	1 978 098,05 €
Interesses que não controlam		137 739,41 €	144 841,80 €
Total Património Líquido		211 279 785,99 €	206 009 148,59 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		33 284 697,81 €	31 180 207,69 €
Provisões	15	6 642 325,89 €	7 203 273,58 €
Financiamentos obtidos	7 e 18	9 290 805,85 €	10 500 886,44 €
Diferimentos		16 356 971,48 €	12 096 799,57 €
Outras contas a pagar	18	994 594,59 €	1 379 248,10 €
Passivo corrente		7 966 314,12 €	7 527 953,99 €
Fornecedores	18	187 198,75 €	242 928,10 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	80 206,14 €	80 328,55 €
Estado e outros entes públicos		227 619,59 €	213 194,40 €
Financiamentos obtidos	7 e 18	1 562 951,77 €	1 584 943,43 €
Fornecedores de investimentos	18	195 065,96 €	162 260,57 €
Outras contas a pagar	18	4 538 489,01 €	3 997 117,05 €
Diferimentos		1 174 782,90 €	1 247 181,89 €
Total Passivo		41 251 011,93 €	38 708 161,68 €
Total Património Líquido e Passivo		252 530 797,92 €	244 717 310,27 €

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADA

GRUPO MUNICÍPIO DE VILA REAL

Gerência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14	14 645 062,05 €	13 909 421,79 €
Vendas	13	1 951,82 €	10 538,92 €
Prestações de serviços e concessões		6 271 255,92 €	5 847 104,43 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13	22 647 979,42 €	21 075 153,02 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	14	163 839,42 €	260 198,88 €
Trabalhos para a própria entidade		133 836,00 €	60 187,44 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-841 092,83 €	-856 191,36 €
Fornecimentos e serviços externos		-13 701 876,55 €	-14 052 259,40 €
Gastos com pessoal		-13 786 700,99 €	-11 820 575,19 €
Transferências e subsídios concedidos		-6 825 186,09 €	-7 222 689,16 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 e 18	-55 507,26 €	-30 804,13 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	560 947,69 €	-319 509,90 €
Aumentos/reduções de justo valor		59,84 €	0,00 €
Outros rendimentos		3 844 927,38 €	4 460 348,28 €
Outros gastos		-1 173 147,93 €	-1 631 147,06 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		11 886 347,89 €	9 689 776,56 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-7 643 260,26 €	-7 646 616,63 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	3, 5 e 8	4 243 087,63 €	2 043 159,93 €
Juros e rendimentos similares obtidos		47 122,47 €	21 655,32 €
Juros e gastos similares suportados	7	-441 132,28 €	-98 102,30 €
Resultado antes de impostos		3 849 077,82 €	1 966 712,95 €
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		3 849 077,82 €	1 966 712,95 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		3 849 719,75 €	1 978 098,05 €
Interesses que não controlam		-641,93 €	-11 385,10 €
		3 849 719,75 €	1 966 712,95 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

GRUPO MUNICÍPIO DE VILA REAL

Gerência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade aue controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		77 829 837,00 €				2 999 502,79 €	34 297 958,70 €	18 361 619,66 €		70 397 290,59 €	1 978 098,05 €	205 864 306,78 €	144 841,80 €	206 009 148,59 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0,00 €				121 109,92 €	3 133 929,36 €	445 394,04 €		-294 315,22 €	-1 978 098,05 €	1 428 020,05 €	-6 460,46 €	1 421 559,58 €
Ajustamentos de transição de referência contabilístico							579 497,76 €			103 194,90 €		682 692,66 €		682 692,66 €
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas transferências e subsídios de capital														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						121 109,92 €	2 114 431,60 €	445 394,04 €		1 869 176,99 €	-1 978 098,05 €	1 869 176,99 €	-6 460,46 €	1 869 176,99 €
Correção de erros materiais										-2 266 687,11 €		-1 123 849,60 €		-1 130 310,06 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prémios de emissão														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO		77 829 837,00 €				3 120 612,71 €	37 431 888,05 €	18 807 013,70 €		70 102 975,57 €	3 849 719,75 €	211 412 046,58 €	137 739,41 €	211 279 785,99 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

GRUPO MUNICÍPIO DE VILA REAL			
Gerência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023			
Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 872 403,96 €	4 181 134,60 €
Recebimentos de contribuintes		3 698 414,01 €	3 439 074,31 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		20 987 488,59 €	19 277 161,74 €
Recebimentos de utentes		1 821 970,29 €	1 647 340,60 €
Pagamentos a fornecedores		-15 839 248,14 €	-14 080 387,34 €
Pagamentos ao pessoal		-13 328 252,36 €	-11 701 879,25 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-6 298 065,67 €	-7 049 898,72 €
Caixa gerada pelas operações		-5 085 289,32 €	-4 287 454,06 €
Outros recebimentos/pagamentos		18 376 464,32 €	17 624 203,92 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		13 291 175,00 €	13 336 749,86 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-12 715 128,77 €	-9 985 871,04 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-81 840,51 €	-125 669,16 €
Pagamentos - Propriedades de investimento		-7 286,70 €	-15 000,00 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-480,41 €	-1 496,05 €
		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		4 917,00 €	13 025,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		82 620,92 €	
Recebimentos - Transferências de capital		2 111 006,27 €	1 560 321,80 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-10 606 192,20 €	-8 554 689,45 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		200 000,00 €	1,00 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		10 665,25 €	21 655,32 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 432 072,25 €	-1 703 018,70 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-369 515,25 €	-64 943,10 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 590 922,25 €	-1 746 305,48 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 094 060,55 €	3 035 754,93 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		13 525 582,15 €	10 489 827,22 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		14 619 642,70 €	13 525 582,15 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		13 525 582,15 €	10 489 827,22 €
Equivalentes a caixa no início do período		-500,00 €	-500,00 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		13 525 082,15 €	10 489 327,22 €
SGA De execução orçamental		11 966 296,39 €	9 060 902,62 €
SGA De operações de tesouraria		1 558 785,76 €	1 428 424,60 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		14 619 642,70 €	13 525 582,15 €
Equivalentes a caixa no início do período		-500,00 €	-500,00 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		14 619 142,70 €	13 525 082,15 €
SGS De execução orçamental		13 367 953,25 €	11 966 296,39 €
SGS De operações de tesouraria		1 251 189,45 €	1 558 785,76 €

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As notas que se seguem respeitam o definido no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP.

As notas não incluídas neste Anexo não são aplicáveis ou significativas para a leitura das Demonstrações Financeiras.

Nota 1- ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

1.1- DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES

Fazem parte integrante do perímetro de consolidação, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), as entidades controladas pelo Município de Vila Real a 31 de dezembro de 2023, individualmente e em conjunto com outros Municípios. As entidades controladas individualmente pelo Município são: a Vila Real Social, E.M., S.A. e a Régia Douro Park e as entidades controladas em conjunto com outros Municípios que são a Associação Douro Alliance, AdIN e as Águas do Interior – Norte, EIM, SA.

Assim, a consolidação do Grupo Municipal estende-se, nos termos da presente lei, a todas as empresas locais, que nos termos do artigo 7º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integram o setor empresarial local.

O Grupo Município de Vila Real, nos termos da Lei, é composto pelas seguintes entidades a 31-12-2023:



1.2- COMPARABILIDADE ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2022 E 2023

A comparabilidade entre as Demonstrações Financeiras de 2022 e 2023, fica prejudicado, pelo facto de no ano de 2023, ao contrário do que aconteceu em 2022, a Régia Douro Park, relativamente aos contratos de direito de superfície, e seguindo a informação prestada pela Ordem dos Contabilistas Certificados, a política contabilística de mensuração foi alterada, passando exclusivamente a atender o princípio da substância sob a forma e serem reconhecidos sobre o valor presente atualizado à data da constituição do direito de superfície e capitalizando os juros vencidos em cada exercício económico. Refere o mesmo parecer que à data da celebração do contrato de direito de superfície deve-se desconhecer os subsídios ao investimento, apurando assim nesta data a mais ou menos valia do bem. A dívida deve ser mensurada na conta de outros devedores.

Neste sentido as rubricas de Balanço: outras variações nos Capitais Próprios (nomeadamente subsídios ao investimento), Clientes, Diferimentos, outras contas a receber e nas rubricas da Demonstração de Resultados: Juros e outros dividendos e Rendas de propriedade de investimento, não são passíveis de comparação com os exercícios transatos.

1.3- ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Águas do Norte, SA

O Município de Vila Real possuía uma participação societária de 3,44% na empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA, resultante da subscrição e realização de 962.543 ações do capital social, em julho de 2001. Por força do normativo (Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio), a respetiva empresa foi integrada nas Águas do Norte, S.A., criada em 2015, e conseqüentemente o valor da participação no Capital Social reduziu para 0,63%, devido ao aumento do Capital Social de € 27 812 177 para € 142 780 714. Em 2017, foi implementado o processo de cisão, definido no Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, dando origem à criação e respetiva concessão de um novo sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto e ao novo sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto e da constituição das respetivas entidades gestoras, que adotaram a mesma denominação das antigas concessionárias, extintas pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio - Águas do Douro e Paiva, S.A. e SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A. Assim, a referida cisão produziu efeitos em termos contabilísticos e fiscais a 1 de janeiro de 2017. Com esta operação, verificou-se a redução do capital social das Águas do Norte, S.A., passando este a totalizar € 111.061.732, à data de 31/12/2017. A participação de € 962 543 do Município de Vila Real, correspondendo a 0,63% antes da cisão, aumentou para 0,87%, por via da redução do capital total da empresa.

A percentagem de participação no Capital Social, encontra-se refletida nas Demonstrações Financeiras individuais da empresa mãe.

Fundo de Apoio Municipal

O Fundo de Apoio Municipal (F.A.M.), foi constituído nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho.

A participação do Município de Vila Real neste Fundo, nos termos do plano de pagamentos inicial, traduzia-se na subscrição de Unidades de Participação no valor de € 1.349.503,35, tendo realizado durante o exercício de 2017, 14,29% das UP's subscritas, o que acrescido às já realizadas em 2016 e 2015, totaliza 42,87% das UP's já subscritas à data de 31.12.2017. No entanto, o Orçamento de Estado de 2018 introduziu alterações ao F.A.M., estipulando a redução dos valores anuais do plano de pagamentos do F.A.M., em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021. Deste modo, o Município de Vila Real apenas teve que entregar ao F.A.M. € 289.179,00 entre 2018 e 2020, em vez dos € 771.145,35 anteriormente previstos, reduzindo-se assim a participação do Município de Vila Real para € 867.537.

Associação para o desenvolvimento do Brigantia-EcoPark

O Parque de Ciência e Tecnologia “Brigantia-EcoPark” faz parte do PCT-TMAD (Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro). É gerido por uma sociedade privada sem fins lucrativos, com objetivos científicos e tecnológicos (Associação para o desenvolvimento do Brigantia-EcoPark).

O Parque de Ciência e Tecnologia “Brigantia-EcoPark” é um espaço de ciência e tecnologia para apoio a empresas consolidadas e a empresas incubadas, ambas de base tecnológica. Possui ainda espaços laboratoriais para apoio à investigação, desenvolvimento e inovação.

O principal objetivo do Brigantia EcoPark é promover a cultura do empreendedorismo, inovação e da competitividade na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, apoiando a investigação, o desenvolvimento e o surgimento de empresas de base tecnológica.

A percentagem de participação no Capital Social é de 0,09% a que corresponde € 2.000.

Fundação Museu do Douro

A Fundação Museu do Douro foi criada pelo Decreto-Lei nº 70/2006, de 23 de março, e tem como finalidade a promoção de atividades culturais, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu do Douro, criado pela Lei nº 125/97, de 2 de dezembro, nos termos dos respetivos estatutos. O Município possui uma participação social de € 16.930,00 a que corresponde 1,55%.

Fundação de Serralves

Tendo em consideração a ação cultural desenvolvida pelo Município de Vila Real e a convergência de perspetivas quanto à importância da cultura na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e na promoção do desenvolvimento económico e social, o Município de Vila Real por deliberação da Câmara Municipal de

13/11/2017 e por deliberação da Assembleia Municipal de 18/12/2017 considerou relevante aceder ao Estatuto de Fundador de Serralves, estabelecendo assim uma cooperação, com vista a proporcionar à população uma oportunidade de ampliar os seus hábitos culturais e um contacto mais próximo com as manifestações artísticas e os criadores portugueses e estrangeiros de maior relevância.

A Fundação de Serralves foi criada em 1989, como uma instituição privada de utilidade pública e assinalou o início de uma parceria inovadora entre o Estado e a sociedade civil. Adotou como função estimular o interesse e o conhecimento de públicos de diferentes origens e idades pela arte contemporânea, pela arquitetura, pela paisagem e por temas críticos para a sociedade e seu futuro, fazendo-o de forma integrada, com o apoio num conjunto patrimonial de exceção, no qual se destacam o Museu de Arte Contemporânea, a Casa e o Parque.

A Fundação é hoje considerada um dos mais bem-sucedidos e sólidos projetos culturais do país e auferiu de uma particular projeção e reconhecimento internacional.

A participação social nesta entidade por parte do Município é de 0,29% a que corresponde o valor de € 100.000 €.

Turismo Porto e Norte de Portugal, E.R.

A publicação do Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de abril, reorganizou as Entidades Públicas Regionais com responsabilidades na área do Turismo criando cinco áreas regionais, que refletem as áreas abrangidas pelas unidades territoriais utilizadas para fins estatísticos NUTS II – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve. Foram ainda criados os polos de desenvolvimento turístico, integrados nas áreas regionais – Douro, Serra da Estrela, Leiria-Fátima, Oeste, Litoral Alentejano e Alqueva. Este novo quadro de interlocutores para o desenvolvimento do turismo regional no território nacional continental concretiza-se, pela criação de entidades regionais de turismo, dinamizadoras e interlocutoras das áreas regionais e dos polos de desenvolvimento turístico junto do órgão central de turismo, e responsáveis pela valorização turística e pelo aproveitamento sustentado dos recursos turísticos das respetivas áreas. O modelo de gestão criado pretende conferir às novas entidades regionais de turismo uma capacidade de autofinanciamento e estimular o envolvimento dos agentes privados, permitindo ainda o estabelecimento de parcerias com o Turismo de Portugal, I.P., criando oportunidades para o desempenho de atividades e projetos na esfera da administração central.

Nesta entidade, o Município possui uma participação de 1,16%, que corresponde € 26.505,42.

1.4- MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO UTILIZADOS:

Por força do normativo, são utilizados dois métodos diferentes de consolidação:

- Entidades controladas individualmente pelo Município - Método de consolidação Integral (NCP 22)
 - Vila Real Social, EM, S.A.;

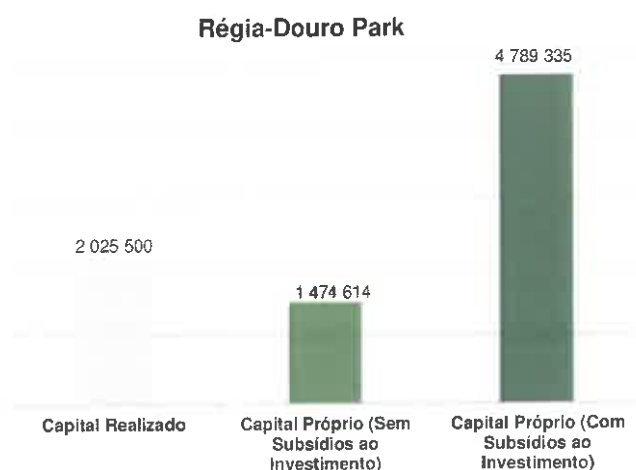
- Associação Régia-Douro Park (com reconhecimento dos interesses minoritários)
- Entidades não controladas individualmente pelo Município, mas com controlo conjunto com outros Municípios - Método de Equivalência Patrimonial - NCP 24 (já aplicado nas contas individuais do Município)
 - AdIN - Águas do Interior – Norte, EIM, SA.
 - Associação Douro Alliance

1.5- VALOR DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

O Capital Social da Vila Real Social na data da sua constituição representava € 9.000.000, durante o exercício de 2023 e nos termos das deliberações tomadas na reunião de Câmara Municipal em 10 de julho e na sessão da Assembleia Municipal em 28 de julho, procedeu-se à alteração do Capital Social para € 650.000. Esta empresa não tinha refletido no seu Capital Próprio qualquer Subsídios ao Investimento atribuído, sendo deste modo, o Capital Próprio com e sem Subsídios ao Investimento iguais, ou seja € 1.046.660, o que reflete um aumento de 61,2%, face ao Capital Realizado atual.



O Fundo Social realizado pelo Município de Vila Real na Associação para o Desenvolvimento Régia-Douro Park, representa um investimento efetuado por parte do Município de Vila Real no valor de € 1.966.000, em que à data de 31.12.2023 desvalorizou 27,2%, quando extraído o montante relativo aos subsídios ao investimento.



É de realçar que apenas 97,06% do Fundo Próprio do Régia-Douro Park, corresponde ao Município de Vila Real, sendo os restantes 2,94% participados por outras entidades, denominadas neste anexo como interesses minoritários.

1.6- CAIXA E DEPÓSITOS

Relativamente às disponibilidades em caixa e depósitos em instituições financeiras estas foram expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, respetivamente.

Através do quadro que se segue, é possível verificar a desagregação dos saldos inscritos nas rubricas de caixa e depósitos bancários.

Conta	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
Caixa		2 367,95		4 480,79
Depósitos à ordem		14 396 883,49		13 033 367,67
Depósitos bancários à ordem	14 396 883,49		13 033 367,67	
Outros Depósitos		219 891,26		487 233,69
Depósitos a prazo				
Depósitos de garantias e cauções	219 891,26		487 233,69	
TOTAL		14 619 142,70		13 525 082,15

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

a) Ativos Fixos Tangíveis e propriedades de investimento

Os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo ou, no caso de alguns bens imóveis, através da avaliação realizada aquando do balanço inicial.

Os investimentos em curso encontram-se registados pelo valor dos autos de realização dos trabalhos ou outros custos das classes 3 e 6, no caso de trabalhos realizados por administração direta. Estes últimos, uma vez apurados, no final do ano, são contabilizados na adequada conta “74 – Trabalhos para a própria entidade”, por contrapartida das correspondentes contas da classe 4. Uma vez elaborados os respetivos autos de receção provisória ou concluídos os trabalhos, são efetuadas as regularizações através da transferência dos respetivos valores para as contas de Investimentos.

Ao nível de propriedades de investimento, os valores inscritos referem-se, ao nível do Município, ao registo do imóvel sito no Largo do Pioledo, designado por “Edifício Kiosk Pioledo”, cuja exploração foi concessionada pelo prazo de 5 anos, conforme contrato celebrado em julho de 2020 e ao nível da Associação Régia Douro Park, às escrituras de direito de superfície realizadas sobre os lotes do Régia Douro Park, é de referir que apesar de estarem valorizados nas contas desta associação ao seu justo valor, no âmbito da consolidação de contas foram valorizados ao seu preço de custo.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento é efetuado no momento da alienação, incluindo quando se trate de uma alienação através de uma transação sem contraprestação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

b) Participações Financeiras

Nos termos da NCP 23 as participações de capital nas Empresas Locais e Outras superiores a 20%, estão valorizadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP), pelo que o valor atual dos Capitais Próprios está refletido diretamente na conta de Investimentos Financeiros, as restantes encontram-se valorizadas ao preço de custo.

No final do exercício verificou-se a correção dos ajustamentos do balanço de transição para SNC-AP que levou ao reconhecimento de participações financeiras/investimento em participadas de acordo com a norma contabilística NCP 18 - Imparidades de participações financeiras/investimento em participadas, bem como a correção das perdas por imparidade.

Por fim à entidade consolidante, esta evidencia no seu ativo (investimentos financeiros) o Fundo de Compensação, que por força da Lei 70/2013, de 30 de agosto obriga as empresas que celebrem contratos de trabalho com data posterior a 1 de outubro de 2013, a efetuarem o Fundo de Compensação de Trabalho, o qual encontra-se regulado pela Portaria 294-A/2013, de 30 de setembro.

Este fundo tem como objetivo salvaguardar o pagamento das indemnizações aos funcionários no caso de despedimento.

Considerando que esta lei não se aplica aos Municípios, foi necessário proceder à respetiva anulação, sendo transferido para a conta Outros Devedores.

c) Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, tendo sido utilizado o método das quotas constantes, considerando a vida útil de referência que consta no CC2, conforme quando infra, não tendo sido efetuada qualquer depreciação de terrenos.

	VIDA ÚTIL
Edifícios e outras construções Entre	10 e 100 anos
Infraestruturas Entre	10 e 20 anos
Património histórico, artístico e cultural	Sem vida definida
Equipamento básico Entre	4 e 10 anos
Equipamento de transporte Entre	4 e 20 anos
Equipamento administrativo Entre	4 e 8 anos
Equipamento biológico Entre	4 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis Entre	2 e 8 anos

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores foram contabilizadas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, deduzidas das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Município de Vila Real não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

e) Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição, que inclui todas as despesas com a compra até à sua entrada em armazém. Ao longo do ano de 2023 foi adotado o sistema de inventário permanente, utilizando-se o custo médio como método de custeio de saída.

Em cumprimento da NCP 10, foi efetuada o reconhecimento de inventários que se encontram detidos para venda.

f) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Nota 3 – Ativos Intangíveis

Os movimentos ocorridos na quantia escriturada nos ativos intangíveis, em 2023, encontram-se nos quadros seguintes:

Quadro 3.1 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	1 656 492,22	1 608 731,25		47 760,97	1 656 492,22	1 650 005,98		6 486,24
Propriedade industrial e intelectual	34 972,38	1 190,00		33 782,38	34 972,38	1 190,00		33 782,38
Outros	907,13	0,00		907,13	907,13			907,13
Ativos intangíveis em curso	15 375,00			15 375,00	15 375,00			15 375,00
TOTAL	1 707 746,73	1 609 921,25		97 825,48	1 707 746,73	1 651 195,98		56 550,75

Quadro 3.2 – Quantia escriturada e variações no período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações acumuladas	Diferenças cambiais	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	47 760,97	0,00					41 274,73			6 486,24
Propriedade industrial e intelectual	33 782,38	0,00								33 782,38
Outros	907,13	0,00					0,00		0,00	907,13
Ativos intangíveis em curso	15 375,00	0,00	0,00							15 375,00
Total	97 825,48	0,00	0,00				41 274,73		0,00	56 550,75

Durante o ano de 2023, não se verificaram aumentos nem diminuições nos ativos intangíveis, registou-se apenas amortizações de ativos adquiridos em anos anteriores.

Relativamente à rubrica de “Ativos Intangíveis em Curso”, que também não sofreu qualquer alteração no exercício em análise, esta reflete a contabilização das despesas suportadas com a elaboração do Master-Plano do Novo Complexo de Codessais que totalizam € 15.375,00.

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: Concedente

O Parque Subterrâneo situado na Av. Carvalho Araújo, propriedade do Município de Vila Real, encontrou-se concessionado à empresa Empark Portugal, S. A., ao abrigo do contrato celebrado em 12 de agosto de 1999, até 31 de agosto de 2022. Em abril de 2022, foi celebrado novo contrato de concessão, pelo prazo de 30 anos, com a empresa ESSE Estacionamento de Vila Real, S.A., com efeitos a partir de 1 de setembro de 2022. Durante o exercício de 2023 foram reconhecidos rendimentos decorrentes deste contrato, que totalizaram € 242.214,36.

O Parque Subterrâneo, passou a integrar o ativo do Município a partir do ano 2020, com o valor de € 1.625.159,08, apurado de acordo com o Valor Patrimonial Tributário em conformidade com o SNC-AP. À data de 31 de dezembro de 2023 apresenta um valor patrimonial líquido de 1.495.146,28€.

O Município de Vila Real é concedente num contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no perímetro municipal, com a EDP Distribuição – Energia, S.A. (atualmente E-Redes).

Este contrato de concessão iniciado, no âmbito do quadro legal que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, tendo o mesmo sido alterado e renovado em 01/10/2001, para um novo período de 20 anos.

De acordo com a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços, o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associados ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão, assim como os que estão associados à Iluminação Pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária EDP Distribuição, atualmente E-Redes.

Para que o Município proceda ao reconhecimento dos ativos associados ao contrato de concessão, é necessário que disponha de informação suficiente e detalhada para o efeito. De acordo com a NCP 4, atendendo à insuficiente informação prestada pela concessionária EDP, não existem condições para proceder ao reconhecimento dos ativos que se encontram ao abrigo do contrato de concessão, pelo que a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços não foi aplicada.

Os equipamentos e as infraestruturas acima referidos encontram-se a ser controlados, geridos e incrementados pela concessionária, pagando, para o efeito, uma renda de exploração ao Município, conforme se encontra previsto no contrato de concessão, motivo pelo qual o Município não reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos (equipamentos e infraestruturas) associados ao presente contrato de concessão, corroborando, e dando cumprimento desta forma ao parágrafo 93 da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilístico da Administração Pública. Não obstante esta situação, caso esses bens fossem reconhecidos, teriam um impacto no total do ativo do Município de apenas 2,77% conforme quadro abaixo:

Rubricas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Imobilizado Intangível Regulado	23 209 614	16 209 711	6 999 903
Imobilizado Intangível Regulado aceite	19 435 124	13 094 403	6 340 721
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	3 774 490	3 115 308	659 182
Específico em BT	23 209 614	16 209 711	6 999 903
Postos Transformação e Seccionamento	5 474 648	3 694 015	1 780 633
Redes aéreas	7 742 500	5 282 636	2 459 865
Redes subterrâneas	857 823	544 207	313 615
Chegadas aéreas	1 076 293	941 858	134 434
Chegadas subterrâneas	458 511	365 370	93 141
Contadores e acessórios:	3 777 736	3 666 180	111 555
- Contadores	2 560 550	2 532 603	27 947
- Outro equipamento	1 217 186	1 133 577	83 609
Equipamentos Acessórios e Outros	-	-	-
Iluminação pública	2 608 164	1 132 740	1 475 424
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2017):	-	-	-
- Outras Funcionalidades	-	-	-
- Função Medição	-	-	-
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2018)	1 213 940	582 705	631 236
Outro Específico não aceite em BT ¹ :	-	-	-
- Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-
- Redes Aéreas (não aceite)	-	-	-
- Redes Subterrâneas (não aceite)	-	-	-
- Chegadas Aéreas (não aceite)	-	-	-
- Chegadas Subterrâneas (não aceite)	-	-	-
- Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-
- Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	-	-	-
- Iluminação pública (não aceite)	-	-	-
Total Específico em BT aceite	19 435 124	13 094 403	6 340 721
Total Específico em BT não aceite	3 774 490	3 115 308	659 182
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	23 209 614	16 209 711	6 999 903
TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)	23 209 614	16 209 711	6 999 903
% sobre Total do Ativo			2,77%
Total do Ativo			252 530 798

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados maioritariamente pelo seu custo, no entanto alguns bens imóveis foram valorizados através da avaliação realizada aquando do balanço inicial, em 2002, o referido Parque de Estacionamento Subterrâneo da Av. Carvalho Araújo, tal como os equipamentos transitados em 2020 no âmbito da delegação de competências da educação, foram valorizados de acordo com o Valor Patrimonial Tributário. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

O gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

A homogeneização da informação obriga a que se aplique o normativo seguido pela empresa-mãe.

No tratamento das depreciações as taxas aplicadas são as constantes no Classificador complementar que substitui o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, regulado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

No exercício de 2023 os Ativos Fixos Tangíveis registaram um aumento significativo para o qual contribuíram, essencialmente, a transferência de investimentos em curso já concluídos, maioritariamente efetuados por empreitada e da execução de novos investimentos ao longo do ano.

O movimento ocorrido, no ano 2023, nas contas dos ativos tangíveis encontra-se discriminado nos quadros seguintes.

Quadro 5.1 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS								
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	8 195 183,57			8 195 183,57	8 195 183,57			8 195 183,57
Edifícios e outras construções	13 985 656,07	8 365 016,77		5 620 639,30	14 174 822,11	8 051 420,08		6 123 402,03
Infraestruturas	76 979 072,21	46 125 005,11		30 854 067,10	76 001 058,01	49 267 041,25		26 734 016,76
Património histórico, artístico e cultural	93 368,95	29 158		64 210,95	93 368,95	363,04		93 005,91
Outros								
Bens de domínio público em curso	0,00			0,00				
	99 253 280,80	54 490 313,46		44 762 967,34	100 464 444,31	58 318 624,37		42 145 819,94

Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	26 900 597,42			26 900 597,42	28 297 398,06			28 297 398,06
Edifícios e outras construções	126 195 039,62	38 668 199,03		87 526 840,59	123 269 342,09	40 581 355,38		82 677 986,71
Equipamento básico	9 025 770,78	7 226 568,60		1 799 202,18	9 369 489,27	7 584 492,74		1 784 996,53
Equipamento de transporte	1 685 381,39	1 303 662,01		381 719,38	1 565 381,39	1 389 761,13		195 620,26
Equipamento administrativo	3 507 580,51	3 203 399,97		304 180,54	3 676 334,49	3 307 862,96		368 471,53
Equipamentos biológicos								
Outros	2 403 946,79	1 595 991,09		807 955,70	2 529 921,83	1 754 156,46		775 765,37
Ativos fixos tangíveis em curso	11 989 975,83			11 989 975,83	22 745 677,66			22 745 677,66
	161 608 292,34	52 017 770,70		129 590 521,64	191 473 544,78	54 627 627,67		136 845 917,12
TOTAL	280 861 573,14	106 508 084,16		174 353 468,98	291 937 989,10	112 946 452,04		178 991 537,06

Os Bens de Domínio Público em curso estão incluídos em conjunto com os restantes Ativos Fixos Tangíveis em curso, uma vez que o classificador não prevê uma conta específica para esses bens.

Quadro 5.2 - Quantia escriturada e variações no período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do exercício	Diminuições	Quantia Escriturada Final
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	8 195 183,57								8 195 183,57
Edifícios e outras construções	5 620 639,30	82 027,39	107 152,32				686 403,31		5 123 416,70
Infraestruturas	30 854 067,10	552 238,74	469 745,06				3 142 036,14		28 734 014,76
Património histórico, artístico e cultural	93 077,37						714,6		93 005,91
Outros									
Bens de domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
	44 762 967,34	634 266,13	576 897,38				3 828 510,91	0,00	42 145 619,94
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	26 900 597,42	1756 479,32						359 678,68	28 297 398,06
Edifícios e outras construções	87 506 880,59	4 971 681,40					2 999 338,15	6 801 237,13	82 677 986,71
Equipamento básico	1799 212,18	374 650,85	93,75				389 000,21		1784 956,57
Equipamento de transporte	281719,38						86 099,12		195 620,26
Equipamento administrativo	304 180,54	179 649,51	260,58				115 262,92	316,22	368 511,49
Equipamentos biológicos									
Outros	807 955,70	28 842,27					160 554,78	476,82	775 766,37
Ativos fixos tangíveis em curso	11 989 975,83	11 442 848,07	-579 671,03					107 475,21	22 745 677,86
	129 590 521,64	18 864 161,42	-579 316,70				3 750 255,18	7 269 184,06	136 845 917,12
TOTAL	174 353 488,98	19 488 417,55	-2 419,32				7 578 766,09	7 269 184,06	176 991 537,06

O valor do total da coluna das Depreciações do Exercício, difere do total dos Gastos/ Reversões de depreciação e Amortização constante na Demonstração de Resultados por Natureza uma vez que, por um lado no quadro acima não constam as depreciações: das Propriedades de Investimento e dos Ativos Intangíveis, por outro lado no quadro acima constam as regularizações de anos anteriores, que não constam na Demonstração de Resultados por Natureza.

Quadro 5.2A - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS											
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais										45 882,08	82 027,71
Edifícios e outras construções		36 145,31									
Infraestruturas		80 960,24								471 278,50	552 238,74
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
		117 105,55								517 160,58	634 266,13
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais				2 171 544,87						-415 065,55	1 756 479,32
Edifícios e outras construções				4 820 624,46						151 056,94	4 971 681,40
Equipamento básico	93,75	366 192,18								8 458,67	374 744,60
Equipamento de transporte											
Equipamento administrativo	260,58	177 742,51							1 907,00		179 910,09
Equipamentos biológicos											
Outros		128 842,27									128 842,27
Ativos fixos tangíveis em curso		11 447 848,07									11 442 848,07
	354,33	12 115 625,03	0,00	6 992 169,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-253 642,94	18 854 505,75
TOTAL	354,33	12 232 730,58								263 517,64	19 488 771,88

Quadro 5.2B - Diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
					0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais		6 300,00			353 378,68	359 678,68
Edifícios e outras construções					6 801 237,13	6 801 237,13
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					316,22	316,22
Equipamentos biológicos						
Outros					476,82	476,82
Ativos fixos tangíveis em curso					107 475,21	107 475,21
		6 300,00	0,00	0,00	7 262 884,06	7 269 184,06
TOTAL		6 300,00	0,00	0,00	7 262 884,06	7 269 184,06

Nota 6 – Locações

No ano de 2023, não foi celebrado qualquer contrato de locação, possuindo à data de 31 de dezembro, dois contratos de locação operacional para utilização de duas viaturas elétricas ligeiras de passageiros, por um período de 48 meses. Os referidos contratos foram celebrados no âmbito das candidaturas submetidas ao Fundo Ambiental, aprovadas em maio de 2020 e inseridas no projeto “A Descarbonização pela Mobilidade Elétrica/Ambiente (+)/(-) Ruído”. Estes contratos vêm acrescer aos contratos de aluguer de viaturas que transitam do ano anterior.

O Grupo Município de Vila Real apresenta contratos de locação financeira, relativos às escrituras de direito de superfície realizadas pela Associação Régia Douro Park, em que se encontra na ótica do locador.

Os contratos de direito de superfície, embora celebrados com essa designação, são contratos de locação financeira, respeitando assim o normativo SNC-AP da substância sobre a forma, e registados em conformidade com a NCP6 e com o já referido parecer do Ordem dos Contabilistas Certificados.

A determinação da taxa de juro, resultante da sua omissão nos contratos celebrados, foi baseada na Fonte Banco de Portugal - Empréstimos a empresas instituições não financeiras cujo valor é inferior a 1.000.000 €.

Quadro 6 - Locações operacionais

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Eq. de Transporte Projeto “Continuidade da Descarbonização pela Mobilidade Elétrica Ambiente (+) (-) Ruído”	28 945,68	7 486,44		16 986,37		7 486,42	3 472,88		10 959,31	
Eq. de Transporte Projeto “Descarbonização pela Mobilidade Elétrica Ambiente (+) (-) Ruído”	28 945,68	7 486,44		16 986,45		7 486,42	3 472,81		10 959,23	
Eq. de Transporte Aluguer/Renting Operacional de 25 Viaturas	664 270,85	131 289,27		404 833,65		132 854,52	126 582,68		259 437,20	
Eq. de Transporte Aluguer/Renting Operacional de 1 Viatura	5 000,00	4 189,70								
Total	729 162,20	150 461,65		442 806,47		147 827,36	133 528,38		281 355,74	

Quadro 6.1 - Locações financeiras

Entidade	Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	Rendas contingentes registadas como rendimento do período
			Período		Acumulados		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
			Capital	Juros	Capital	Juros						
Átomos & Parâmetros, Lda	Lote 25	33 950,00					3 291,99	6 890,55	23 857,56	33 950,00	30 494,07	
Rui Filipe Fonseca, Lda	Lote 12	47 400,00		588,72		588,72	7 483,28	9 708,84	29 310,16	46 511,28	40 493,32	
	Lote 13	47 250,00			37 517,78	3 780,61						
BV Trading, SA	Lote 25	51300,00	45 364,85	1880,05	49 080,35	2 219,54						
Cortes do Tua Wines, Lda	Lote 31	58 600,00	1233,81	1946,40	4 982,39	2 586,88	6 324,66	11380,30	33 345,97	51030,79	44 949,00	
Agrifiba, Lda	Lotes 7 e 10	94 700,00					9 211,49	19 029,51	66 459,00	94 700,00	85329,52	
Agrifiba, Lda	Lote 33	94 580,00	2 034,54	2 255,48	21903,64	6 354,88	7 876,25	15 619,87	42 795,28	66 291,50	516 12,00	
M WC, LDA	Lote 29	93 550,00	1265,89	2 242,22	1265,89	2 242,22	9 269,80	18 937,83	61834,46	90 041,89	76 825,56	
Quinta do Vallado, Lda	Lote 34	186 800,00	3 987,43	5368,57	32 608,47	15 635,53	17 168,41	35 789,35	65 558,24	138 568,00	117 378,58	
Wine and Soul, Lda	Lotes 23 e 24	100 950,00	1245,08	2 961,24	13 162,49	5 765,86	8 382,17	18 496,95	57 142,53	82 021,65	68 271,79	
Vasta Seleção, Lda	Lotes 8 e 9	94 550,00	2 315,15	2 806,32	13 525,98	3 779,38	8 437,05	16 407,05	48 401,66	75 245,96	83 658,20	
Silva e Carlos, Lda	Lote 15	106 400,00	3 007,27	1718,47	16 608,57	6 241,45	7 901,19	20 655,61	54 682,15	83 248,88	69 868,02	
TOTAL		1 009 400,00	60 434,11	21 541,45	190 656,38	51 194,03	83 346,29	174 805,46	503 446,24	761 597,99	651 980,69	0,00

Nota 7 – Custos de empréstimos obtidos

Os encargos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar investimentos encontram-se identificados no mapa de empréstimos em anexo.

A 31 de dezembro de 2023, a dívida com Empréstimos Bancários totalizava € 10.853.757,62, sendo que as responsabilidades de curto prazo são de € 1.562.951,77.

Face ao ano transato, registou-se uma diminuição global de 1.232.072,25€ que resultou da diferença entre a utilização de € 200.000,00 do empréstimo contratualizado para aquisição de terrenos destinados ao Pólo II-Expansão Zona Industrial de Constantim e as amortizações contabilizadas ao longo do ano, que totalizaram € 1.432.072,25.

De referir ainda que no ano de 2023 o total dos juros suportados com os referidos empréstimos foi de € 447.019,21.

Nota 8 – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao seu valor de custo.

Na conta de propriedades de investimento, encontra-se escriturado o imóvel sito no Largo do Pioledo, designado por “Edifício Kiosk Pioledo”, concessionado pelo prazo de 5 anos, do qual resulta um recebimento mensal, conforme estipulado no contrato celebrado em julho de 2020. No ano de 2023, os rendimentos decorrentes deste contrato totalizaram € 4.491,89.

Quadro 8.1 - Quantia escriturada e movimentos do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adiq.	Transf. internas à entidade	Dep. do período	Perdas por imp.	Reversões de perdas por imp.	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de domínio público	69 490,00								69 490,00			
Terranos e recursos naturais	954 570,68			23 219,44					931351,24		4 491,89	
Edifícios e outras construções investimento												
Propriedades de investimento em curso												
Total	1 024 060,68			23 219,44				0,00	1 000 841,24		4 491,89	

Nota 9 – Imparidade de ativos

Durante o exercício de 2023, o reconhecimento das perdas por imparidades diminuiu face ao ano transato devido, essencialmente, à extinção e anulação de dívidas de terceiros que, por vicissitudes várias, se encontravam em situação de incobrabilidade e cujas decisões foram assumidas pelo respetivo órgãos competentes.

Quadro 9.1 – Imparidade de ativos

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Clientes, contribuintes e utentes		3 513 273,48	587 265,70	2 926 007,78
Total		3 513 273,48	587 265,70	2 926 007,78

Quadro 9.2 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Reversão da perda por imparidade

Ativo	Quantia escriturada Inicial (1)	Imparidade Acumulada (2)	Quantia escriturada (3)= (1) - (2)	Quantia Recuperável (4)	Perda por imparidade reconhecida no exercício - reversão (5)	Perdas por imparidade do exercício (6)=(2)-(4)+(5)
Clientes, contribuintes e utentes	3 195 342,22	695 618,36	2 499 723,86	213 940,77	105 588,11	587 265,70
TOTAL	3 195 342,22	695 618,36	2 499 723,86	213 940,77	105 588,11	587 265,70

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano 2023 – custo médio ponderado.

De seguida apresentam-se os quadros com a decomposição das contas de inventários a 31 de dezembro de 2023 e os movimentos do período.

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias	€ 2 105 302,12		€ 2 105 302,12
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	€ 80 132,24		€ 80 132,24
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	€ 2 185 434,36		€ 2 185 434,36

Quadro 10.2 - Inventários: movimentos de período

Rubrica	Quantia Escriturada inicial	Compras Líquidas	Movimentos do período						Quantia escriturada final	
			Consumos/gastos	Variações nos Inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários		
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)		(7)
Mercadorias	1 863 326,67	248 441,65	6 466,20							2 105 302,12
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	72 217,43	842 409,58	834 331,42				700,62	537,27		80 132,24
Produtos acabados e intermédios		295,11	295,21							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos										
Produtos e trabalhos em curso										
Total	1 935 544,10	1 091 146,34	841 092,83	0,00	0,00	0,00	700,62	537,27		2 185 434,36

O aumento de € 249.890,26 registado no valor global dos inventários, face ao ano transato, deve-se, essencialmente, à contabilização, na rubrica de mercadorias, dos encargos suportados com as parcelas de terreno, localizadas na Zona Industrial de Constantim – Vila Real que se destinam a venda após a conclusão da empreitada de Execução das Infraestruturas da Expansão da Zona Industrial de Constantim e que à data de 31 de dezembro apresentam um saldo de € 2.036,627,48.

Os valores reconhecidos em reduções e aumentos resultam dos movimentos efetuados com os lançamentos na sequência das listagens finais (contagens físicas efetuadas no início do ano de 2024), sendo o efeito líquido desta situação de apenas € 163,42.

Durante o ano foram direcionados para a realização de trabalhos, por administração direta, e que se destinam a ativos não correntes, compras e outros meios próprios do Grupo Município, nomeadamente mão-de-obra e máquinas e viaturas, no valor de € 133.836,00, justificando assim este registo contabilístico o saldo na conta “74 – Trabalhos para a própria entidade”.

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

Nos termos da NCP 13, os rendimentos com contraprestação são aqueles em que as entidades consolidadas recebem ativos ou serviços, ou extinguem passivos e dão em troca à outra parte um valor aproximadamente igual, que pode ser na forma de bens, serviços ou uso de ativos.

Em 31 de dezembro de 2023, o detalhe dos rendimentos provenientes de transações com contraprestação é o seguinte:

Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido	
	31/12/2023	31/12/2022
Vendas		
Água		
Produtos acabados e intermédios	1 634,52	1 206,23
Outros	317,30	9 332,69
Prestação de serviços		
Resíduos sólidos	2 112 994,98	2 041 844,14
Trabalhos coletivos de pessoas e mercadorias	22 988,88	10 275,39
Transportes Escolares		
Cemitérios	44 735,00	27 985,00
Serviços culturais	35 798,38	29 031,41
Serviços sociais	458 140,90	399 931,77
Concessões	572 027,17	455 860,46
Parcómetros	0,00	44 111,24
Parque Estacionamento do Seixo	0,00	16 746,51
Parque Estacionamento	3 818,00	2 092,08
Obras de manutenção de fogos	6 577,21	3 695,65
Rendas	659 282,75	637 335,10
Outros	89 950,71	160 795,08
Subsídios correntes obtidos		
IEFP	19 800,85	
ERASMUS - KA		
Rendimentos em investimentos financeiros		
Rendas em Propriedade de investimentos	0,00	73 742,13
Em propriedades de investimentos	11 079,84	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	36 578,21	119,72
Outros Rendimentos e Ganhos		
Ganhos nem Inventários	537,27	1 814,74
Rendimentos Suplementares	232 323,76	1 075 648,09
Outros Rendimentos	5 024,25	28 606,09
Correções Relativas a Períodos Anteriores	350 731,13	627 916,15
Outros	10 317,82	183,16
TOTAL	4 674 658,93	5 648 272,83

O rendimento originado de uma transação com contraprestação é reconhecido no momento em que for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviços.

Numa perspetiva geral, é possível verificar que, face ao exercício anterior, estes rendimentos apresentam um decréscimo de € 973.613,90. Para este decréscimo contribuíram, essencialmente, a redução de € 843.324,33 nos valores contabilizados na rubrica dos “Rendimentos Suplementares”, uma vez que, no ano transato, estes rendimentos tiveram uma relevância significativa devido à contabilização da indemnização recebida da TUVRII –

Urbanos de Vila Real, S.A., prevista no concurso público relativo à “Concessão do Serviço Público de Transporte Regular Flexível de Passageiros por Modo Rodoviário do Município de Vila Real”,

Na rubrica “Outros Rendimentos” incluem-se as regularizações de acréscimos de rendimentos do ano de 2022, de impostos diretos e outros, cujos valores foram recebidos efetivamente em 2023.

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

De acordo com a NCP 14, as transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências.

O detalhe dos rendimentos provenientes de transações sem contraprestação em 2022 e 2023, foi o seguinte:

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido	
	31/12/2023	31/12/2022
Impostos diretos		
Derrama	€ 1 724 783,75	€ 1 227 919,76
Imposto municipal sobre imóveis	€ 6 549 604,28	€ 6 398 751,42
Imposto único de circulação	€ 1 580 018,32	€ 1 460 986,94
Outros	€ 322 082,13	€ 367 399,03
Impostos indiretos		
Loteamentos e obras	€ 1 350,00	€ 810,00
Taxa de gestão de resíduos	€ 558 300,83	€ 460 404,69
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	€ 2 082 746,17	€ 2 430 312,79
Taxas		
Mercados e Feiras	€ 225 268,00	€ 227 039,68
Loteamentos e obras	€ 878 002,16	€ 699 665,28
Ocupação Via Pública	€ 21 533,25	€ 3 705,00
Outras Taxas	€ 568 175,03	€ 521 380,00
Multas e outras penalidades		
Juros de Mora	€ 86 055,91	€ 24 816,18
Outras Multas e Penalidades	€ 61 075,63	€ 21 516,26
Transferências Sem Condição		
Fundo de Equilíbrio Financeiro	€ 10 389 911,00	€ 9 989 592,00
Fundo Social Municipal	€ 1 163 232,00	€ 1 077 722,00
Participação no IRS	€ 3 036 935,00	€ 2 817 504,00
Participação do IVA	€ 256 220,36	€ 177 658,79
Outras	€ 518 412,56	€ 324 032,52
Subsídios Sem Condição	€ 33 211,97	€ 429 169,23
TOTAL	€ 30 056 918,35	28 660 385,57

Para o apuramento dos rendimentos reconhecidos no exercício foi tido em conta o princípio da especialização do exercício, o qual define que os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. Assim, os valores respeitantes ao exercício de 2023, cujo recebimento apenas ocorrerá em 2024, foram reconhecidos com base numa estimativa.

Comparativamente com o exercício anterior, é possível observar uma variação positiva de € 1.396.532,78, justificado, essencialmente, pelo aumento das transferências do Orçamento de Estado de 2023 (Fundo de Equilíbrio Financeiro; Fundo Social Municipal; Participação no IRS e IVA), que representam um acréscimo de € 978.201,61 e pelo aumento de € 472.300,85 ocorrido nos Impostos Diretos e Indiretos. Relativamente aos “Subsídios Sem Condição”, que refletem as participações obtidas, de natureza corrente, de projetos financiados no âmbito de contratos-programa, estas tiveram uma redução significativa face ao ano transato.

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O valor relevado na conta de provisões tem como objetivo fazer face aos riscos e encargos associados aos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Grupo Município de Vila Real, quer instaurados por outras entidades.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor das provisões reconhecidas é o seguinte:

Quadro 15.1 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	7 203 275,58	0,00		0,00	0,00		560 947,69		560 947,69	6 642 325,89
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	7 203 275,58	0,00		0,00	0,00		560 947,69		560 947,69	6 642 325,89

Esta conta registou um decréscimo global, face ao ano transato, que resulta da anulação da provisão de € 20.000,00 constituída, no ano de 2022, para fazer face aos riscos associados ao processo judicial nº 184/19.4BEMDL, uma vez que, em novembro de 2023, por decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela o Município foi absolvido. Procedeu-se também á reversão das provisões, num valor global de € 540.947,69 relativas aos processos nº 54/12.7BEMDL e 49/13.3BEMDL, estes dois processos foram intentados inicialmente contra a EMARVR - Água e Resíduos de Vila Real, E.M., S.A. e que transitaram para o Município de Vila Real, com a fusão desta empresa com a AdIN.

Nota 17 – Acontecimentos Após a Data de Relato

O Grupo Município de Vila Real não tem conhecimento de qualquer ocorrência de acontecimentos após a data de relato.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são quaisquer contratos que deem origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade.

Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciem um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir os seus passivos. No que se refere aos Passivos financeiros, estes relacionam-se essencialmente com financiamentos obtidos e outras contas a pagar.

Em 31 de dezembro de 2023 as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado encontram-se detalhadas da seguinte forma:

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros

RUBRICAS	Quantia Bruta	Imparidades Acumuladas	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Imparidades Acumuladas	Quantia Líquida
	2023			2022		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	18 665 408,94	587 265,70	18 078 143,24	17 259 625,47	695 618,36	16 564 007,11
Participações financeiras - custo	1 975 515,42		1 975 515,42	1 975 515,42	0,00	1 975 515,42
Outros ativos financeiros	16 689 893,52	587 265,70	16 102 627,82	15 284 110,05	695 618,36	14 588 491,69
Devedores e credores por transferências e subsídios	2 654 553,54		2 654 553,54	2 558 229,18		2 558 229,18
Clientes, contribuintes e utentes	3 513 273,48	587 265,70	2 926 007,78	3 195 342,22	695 618,36	2 499 723,86
Outras contas a receber	10 522 066,50		10 522 066,50	9 530 538,65	0,00	9 530 538,65
Total	18 665 408,94	587 265,70	18 078 143,24	17 259 625,47	695 618,36	16 564 007,11

Quadro 18.2 - Passivos Financeiros

RUBRICAS	Quantia Bruta	Imparidades Acumuladas	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Imparidades Acumuladas	Quantia Líquida
	2023			2022		
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	17 076 931,66		17 076 931,66	18 160 906,64		18 160 906,64
Outros passivos financeiros	17 076 931,66		17 076 931,66	18 160 906,64		18 160 906,64
Financiamentos Obtidos	10 853 757,62		10 853 757,62	12 085 829,87		12 085 829,87
Fornecedores	382 264,71		382 264,71	405 188,67		405 188,67
Cauções	1 223 102,62		1 223 102,62	1 534 891,37		1 534 891,37
Adiantamentos por conta de vendas	80 206,14		80 206,14	80 328,55		80 328,55
Outras Contas a pagar	4 537 600,57		4 537 600,57	4 054 668,18		4 054 668,18
Total	17 076 931,66		17 076 931,66	18 160 906,64		18 160 906,64

Durante o ano de 2023, existiram as seguintes transações com entidades participadas, entidades cujos investimentos em capital se cifram numa participação inferior a 20%, e por este facto são tipificadas como investimentos financeiros:

Entidade relacionada (1)	Natureza do relac. (2)	Transação (3)			Saldo no fim do período (4)	Termos e condições (5)
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Águas do Norte, SA	Entidade participada	Prestação de Serviços	582,00	3,08%	0,00	Aluguer de pequeno auditório do teatro municipal de Vila Real e pedido de inspeção de elevadores
Fundo de Apoio Municipal	Entidade participada	Distribuição dos resultados do FAM	8 329,97	44,13%	0,00	Ano 2022
Fundação Museu do Douro, F.P.	Entidade participada	Financiamento Concedido	8 465,00	44,84%	0,00	Acordo de Fundadores
Fundação de Serralves	Entidade participada		0,00	0,00%	0,00	
Associação para o desenvolvimento do Brilantia EcoPark	Entidade participada		0,00	0,00%	0,00	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, F.R.	Entidade participada	Quota	1 500,00	7,95%	0,00	Quota relativa ao ano de 2023
Associação Parque de Ciência e Tecnologia do Porto	Entidade participada		0,00	0,00%	0,00	
Totais			18 876,97	100,00%	0,00	

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

No ano de 2023, as seguintes transações intra-grupos foram anuladas no âmbito da consolidação:

Entidade relacionada (1)	Natureza do relac. (2)	Transação (3)			Saldo no fim do período (4)	Termos e condições (5)
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Vila Real Social Habitação E.M. S.A.	Entidade controlada	Financiamento Concedido	245 000,00	5,83%	0,00	Contrato-programa
Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park	Entidade controlada	Financiamento Concedido	200 000,00	4,76%	0,00	Contrato-programa

Durante o ano de 2023, existiram as seguintes transações com as entidades relacionadas:

Entidade relacionada (1)	Natureza do relac. (2)	Transação (3)			Saldo no fim do período (4)	Termos e condições (5)
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Vila Real Social Habitação E.M. S.A.	Entidade controlada	Financiamento Concedido	245 000,00	5,83%		Contrato-programa
		Desconto no vencimento de trabalhador	801,36	0,02%		Rendas em atraso de trabalhador da autarquia
Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park	Entidade controlada	Financiamento Concedido	200 000,00	4,76%		Contrato-programa
Associação de Municípios Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro	Entidade associada	Financiamento Concedido	95 000,00	2,26%		Comparticipação financeira
Águas do Interior - Norte, E.I.M., S.A.	Entidade associada	Investimento em Ativo Financeiro	84 670,97	2,01%		Apoio Social de Exceção na Fatura da Água
		Consumo de Água	362 865,47	8,63%		
		Prestação de Serviços	154 055,04	3,67%		Serviços de cobrança de RSU
		Encargo com a ficha de elementos cadastrais	21,03	0,00%		Elaboração do projeto de rede de águas e esgotos referente à Reabilitação do Prédio do Fundo do Corro
		Taxa e Tarifas	3 059 962,97	72,82%		2 599 374,69
Totais			4 202 376,84	100,00%	2 599 374,69	

Nota 23 – Outras Divulgações

Nos termos da NCP 5 apenas deverão ser contabilizados os Ativos Fixos Tangíveis controlados pela entidade, deste modo, apenas o contrato de comodato relativo á construção do Centro Escolar de Lordelo, cumpre este desiderato. Esta infraestrutura educativa, resultou da adaptação do edifício da antiga “Escola de Enfermagem de Vila Real”, propriedade da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo sido celebrado um contrato de comodato pelo prazo de 25 anos, em 18 de novembro de 2016, entre o Município e a UTAD, documento este que suportou a intervenção efetuada pela autarquia. Assim, o valor do investimento realizado pelo Município de Vila Real neste edifício está a ser amortizado no prazo de duração do referido contrato.

O Município tem cedido no regime de Direito de Superfície, os seguintes bens: 2 Terrenos para construção na Vila Velha (NI 52594 e NI 52596) e Terreno na Quinta do Trem (NI 56220). Em regime de comodato encontram-se cedidos 2 antigos edifícios escolares (NI 22246 e NI 22118).

O Município e a Vila Real Social, EM, S.A. encontravam-se a 31-12-2023, em fase de implementação da NCP-27.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Vila Real, adiante designado por Grupo, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 252.530.798 euros e um total de património líquido positivo de 211.279.786 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 3.849.720 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASE

Conforme se encontra divulgado na nota n.º 1.2 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas, a política de mensuração dos contratos de direito de superfície da Entidade Consolidada Régia Douro Park foi alterada no presente exercício em consonância com a informação prestada pela Ordem dos Contabilistas Certificados, passando a serem reconhecidos pelo valor presente, atualizado à data da constituição do direito de superfície e capitalizando os respetivos juros. Em face desta situação, a comparabilidade de algumas das rubricas do balanço e da demonstração dos resultados encontra-se comprometida.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- Elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
 - Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
 - Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.
- A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 12 de junho de 2024

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

No termos das disposições legais aplicáveis, vimos apresentar o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Vila Real, adiante designado por Grupo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, assim como a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, que são da responsabilidade do Órgão Executivo.

No desempenho das funções que nos foram cometidas, acompanhámos, com a profundidade e extensão que consideramos adequada nas circunstâncias, a atividade do Grupo ao longo do presente exercício.

Em consequência do trabalho realizado, verificámos que as demonstrações financeiras consolidadas exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a situação económica e financeira consolidada do Grupo bem como os resultados consolidados obtidos no exercício em questão. Procedemos ainda à apreciação do relatório consolidado de gestão que foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Procedemos também à emissão da respetiva certificação legal das contas consolidadas, cujo conteúdo damos como integralmente reproduzido neste parecer.

Nestas condições, uma vez ponderadas as conclusões constantes na certificação legal das contas consolidadas e verificado o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, é nosso parecer que se aprovem os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo.

Porto, 12 de junho de 2024

1 | 1



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO – 2023

ENCERRAMENTO

O presente RELATÓRIO E CONTAS foi aprovado, por _____, em reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 17 de junho de 2024, para ser presente à Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara

Os Vereadores

APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O RELATÓRIO E CONTAS que antecede foi presente e aprovado, por _____, em sessão ordinária da Assembleia Municipal que se realizou no dia 28 de junho de 2024, tendo todas as suas folhas e anexos sido rubricados pela mesa, que abaixo assina.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário

Cidades Geminadas com Vila Real



OSNABRÜCK



VILLE DE GRASSE



OURENSE

Mende

Armas de Ouro, com uma coroa de carrascos folhados e frutados de sua cor, enfiada por uma espada de prata, empunhada por uma mão de carnação movente do pé do escudo; ao centro da coroa a palavra "Aleu", de vermelho.

Bandeira gironada de verde e branco com um listel branco e os dizeres "Vila Real", de negro.



www.cm-vilareal.pt



Vila Real é
Placa de Honra do Conselho da Europa
Distinção conferida em 2006



Vila Real é
Bandeira "Autarquia mais familiarmente Responsável"
2010 a 2023